

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 286
R\$ 2,00
FEVEREIRO/
MARÇO 1996

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA



PREVIDÊNCIA

ABANDONADOS

A REFORMA DO GOVERNO AUMENTA A EXCLUSÃO SOCIAL. O QUE ESTÁ EM JOGO SÃO OS INTERESSES DA GRANDE MAIORIA, QUE NÃO PODEM SER DEFENDIDOS PELA METADE COMO TEM FEITO A CUT. É PRECISO ASSUMIR A DEFESA DE TODOS OS TRABALHADORES.

PÁGINAS 3 A 6

NACIONAL

Negociação, armadilha e fantasia pgs. 3 E 4

Maria Consolação da Rocha e Rafael Freire, da executiva nacional da CUT, analisam o temerário curso em que ingressou a Central com a decisão da maioria da direção de negociar com FHC a reforma da previdência, aceitando o critério do tempo de contribuição.

A incrível história... pgs.5

Um relato de como a maioria da direção da CUT abandonou as posições anteriores da Central (e as suas próprias) na negociação com o governo.

Cut: um atalho para o desastre? pg. 6

Carlos Maldonado discute os perigos envolvidos na atual estratégia da Articulação Sindical e como as próximas reformas neoliberais constituem um desafio ainda maior para a Central.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PT e as eleições 96 pg. 7

Joaquim Soriano relata as definições da Conferência Eleitoral do PT e da reunião do Diretório Nacional de 9 e 10 de fevereiro. E informa-nos sobre as diferentes posições existentes no partido sobre a questão da composição da executiva nacional.

NEGROS

A cor da estrela pgs. 8 e 9

Samuel Vida analisa o papel do PT na comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares e relata o IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT.

NEOLIBERALISMO

Espelho de enganos pgs. 10 e 11

Juarez Guimarães analisa a mudança na situação nacional instaurada pelo governo Fernando Henrique; seu fôlego e os novos desafios da esquerda frente a uma classe dominante com muito mais capacidade de iniciativa.

O risco do defensismo pgs. 12 e 13

Carlos Henrique Árabe polemiza com Juarez Guimarães sobre o significado do governo Fernando Henrique, apontando os riscos do defensismo na posição de Juarez.

As novas Tábuas da Lei pg. 13

Ricardo Petrella compara os mandamentos do pensamento neoliberal às Tábuas da Lei que Deus teria entregue a Moisés segundo a tradição judaica.

"Liberalismo ou barbárie" pg. 20

Extratos da intervenção de Pierre Bourdieu durante uma assembléia dos trabalhadores dos transportes na greve de dezembro na França.

DROGAS

A guerra dos apitos pg. 14

Gerardo Santiago defende a necessidade da esquerda assumir a bandeira da legalização e consequente regulamentação do acesso às drogas ilegais.

SOCIALISMO

Uma época de incertezas pg. 16

Ernesto Herrera debate os problemas da recomposição da esquerda socialista internacional e as questões programáticas com as quais ela se debate.

Revolta e melancolia Pg. 17

Isabel Loureiro resenha o último livro de Michael Lowy publicado no Brasil, "Revolta e melancolia", sobre o papel revolucionário do romantismo na defesa de posições anticapitalistas.

Rosa Luxemburg e o sujeito revolucionário pgs. 18 E 19

José Corrêa Leite resenha o livro de Isabel Loureiro, "Rosa Luxemburg. Os dilemas da ação revolucionária", publicado no ano passado e integra as contribuições da autora no debate sobre a construção do sujeito revolucionário na atualidade.

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assine **EM TEMPO** e ganhe:

- um instrumento de análise marxista e de acompanhamento crítico dos debates do PT;
- a cada edição mensal, um texto teórico (para os assinantes de apoio)

E MAIS!

Assine ET e ganhe o último livro de Eric Hobsbawn, **A era dos extremos.**

A cada 10 assinantes será sorteado um livro; assinaturas de apoio contam em dobro.

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

- Apoio R\$ 40,00 Normal R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda-São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 665550

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO TEXTOS DE **KIM MOODY** E **JANE SLAUGHTER** SOBRE A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS.

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04
Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Negociação, armadilha e fantasia

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA E RAFAEL FREIRE

O que levou a CUT a este que é o pior momento de sua história? O que é necessário fazer frente à situação criada? São as duas questões que buscamos responder neste artigo.

Fragmentação, corporativismo

Não é preciso insistir em relação ao impacto social negativo sobre a classe trabalhadora que está tendo a implantação do projeto neoliberal, que ao mesmo tempo promove uma acelerada reestruturação da produção e dos serviços no país nos anos 90. Informalização, precarização, desemprego, diferenciação social crescente afetam cada vez mais a população trabalhadora.

Como tem reagido o sindicalismo a esse quadro? Vários sinais apontam para um estágio diferente do corporativismo até então praticado. Não se trata mais de apenas defender os "interesses próprios" de um segmento, mas agora, em função deles, perde-se a referência geral dos interesses do conjunto da classe trabalhadora.

A postura adotada ao longo das negociações sobre a previdência estiveram informadas por essa perspectiva. Ao invés da CUT assumir uma visão global sobre o que estava em jogo com a proposta de ajuste do governo e o rumo das negociações, abriu-se um "guichê" para receber as reivindicações das categorias e, ao sabor das simpatias do governo e dos negociadores sindicais, aceitavam-se algumas e deixavam-se de lado outras.

Crise existencial, burocratização

O movimento sindical brasileiro vive tardiamente, nesta década neoliberal, a crise existencial que afetou o movimento sindical no mundo todo após a crise capitalista dos anos 70. O movimento sindical tem um papel a cumprir nas sociedades atacadas pelo mal neoliberal?

Em resposta a esse desafio, no seio da CUT vem se desenvolvendo uma visão segundo a qual a CUT (e qualquer sindicato) conseguiria firmar-se como "ator", "agente" etc. se os "demais atores" (governo, empresários) a reconhecessem como interlocutora em negociações e celebrassem acordos em função disso.

Aqui, há que se considerar, em primeiro lugar, que o "direito a negociar" foi conquistado no Brasil com muita luta. Mas aquela visão, ao exagerar o aspecto puramente "negocial", leva a uma deformação dessa trajetória política.

No episódio da previdência isso ficou patente. Qual era, para aquela visão, a questão fundamental que devia ser preservada? Resposta: o governo FHC "quer negociar" com a CUT não só esta mas "todas as reformas".

Para complicar as coisas, quando se negocia com o governo, evidentemente, os cutistas ganham a simpatia da mídia eternamente favorável a FHC. Para a "teoria" que "a negociação legitima a CUT" esse engrajamento que propicia a intimidade com o poder alimenta as fantasias sobre o papel da Central.

Por outro lado, assim como a negociação se autonomiza da mobilização, os negociadores também se autonomizam da base que representam. Quem lhes confere então a legitimidade para negociar? É o próprio Estado, que os faz "participantes" das decisões e que "faz cumprir" o que foi negociado (independentemente do grau de legitimidade aquilo que foi negociado tenha entre os trabalhadores).

Tratar-se-ia então de uma nova manifestação do processo de burocratização sindical na CUT. Para reforçar esta hipótese pode-se tomar como exemplo a decisão da Direção Nacional da CUT de 3 e 4 de fevereiro de aprovar termos do acordo com o governo sem nenhuma consulta à base nem discussão nas instâncias.

Mas, ainda assim, a nossa visão crítica não se assemelha aos questionamentos que correntes como o PSTU ou OT fazem. Para nós, negociar "em si" não é o problema, se a negociação é vista como um momento do conflito e tem um papel potencializador da ação sindical e política na conjuntura.

Despolitização, dissolução

Com a redução corporativista e o rebaixamento da estratégia cutista, veio junto a despolitização da ação da Central: Todas as análises políticas da CUT desde a posse de FHC assinalavam a necessidade de explicitar a contraposição de projetos: democrático-popular X neoliberal.

Já o que vem acontecendo na discussão da previdência é o que FHC denominou a "volta ao bom senso": a constituição de apenas um "campo" a partir do reconhecimento de "todos" (incluindo a CUT) de que a "agenda" apresentada pelo governo é efetivamente a prioritária para a nação.

Aqui os interesses dos diversos setores da classe trabalhadora, além de dispersos em reivindicações corporativas, aparecerão submersos na lógica do "ajuste" através da justificativa de conquistar o mal menor.

A ação da CUT neste caso trouxe um prejuízo político enorme para o campo democrático-popular. A postura assumida colocava, aos olhos da população, a Central ao lado do governo contra a oposição democrático-popular num tema chave para o desmascaramento do governo FHC e o projeto neoliberal.

Inclusive as divergências que sucessivamente foram apresentadas pelos negociadores cutistas frente a bancada governista e os ministros não tiveram a pretensão de questionar de conjunto o ajuste proposto pelo governo. Mesmo quando, após a implosão da Comissão Especial, o relatório foi levado ao Plenário da Câmara sem que se contemplasse sequer todos os principais pontos já negociados, continuou-se insistindo em "negociar com o governo" (o que supõe igualmente pressionar "junto com o governo" para a aprovar o ajuste no Congresso Nacional).

Concut, internismo

Um elemento menor, mas que ganha relevância na vida da Central, é que em pouco mais de um ano acontecerá o 6º Congresso Nacional da CUT, onde será renovada a direção. A Articulação Sindical já vinha dando sinais de "preparação" interna para ele através de

ENQUANTO ISSO NO PALÁCIO DA ALVORADA...



A postura da CUT a colocou, aos olhos da população, ao lado do governo e contra a oposição popular num tema chave das reformas neoliberais.

uma série de iniciativas de auto-afirmação. Este movimento é simétrico ao de outras correntes menores.

A partir das iniciativas unilaterais tomadas pelos negociadores da CUT na questão da previdência, no entanto, os membros da Articulação Sindical fecharam fileiras em defesa da... própria Articulação Sindical, agora identificada plenamente com tudo o que aqueles fizeram.

De um lado e de outro frequentemente se esquece que o que está em jogo é a intervenção da CUT na conjuntura e se assumem posturas em função da melhor estratégia para ganhar mais espaço no próximo congresso da Central.

PT, CUT

De todo este desastre político o que se salvou foi a referência partidária, o PT.

Há que se destacar, no entanto, que a CUT aparece nesta fase como um elemento de pressão pela direita sobre o partido. Por enquanto isso, não passou do folclore de que o único "parceiro" da tática da CUT na bancada federal do PT tenha sido Genoíno, conhecido pela sua tendência fundamentalista em favor de se misturar politicamente com o governo.

No entanto, essa relação entre direção da CUT e direita do PT poderá prosperar se não se conseguir reverter os fatores políticos causadores da atual rota.



O PT e a previdência

A reunião do Diretório Nacional de 20 e 21 de janeiro, foi marcada principalmente pela questão da Previdência, especialmente, é claro, a polêmica em torno da participação da CUT (ou do seu presidente, Vicentinho) no encaminhamento de um possível acordo com o governo. A grande maioria das intervenções (tanto de membros do DN, quanto dos parlamentares federais presentes) foi crítica em relação aos pontos já discutidos por Vicentinho com o governo (especialmente a mudança do conceito de aposentadoria por tempo de serviço pelo de aposentadoria por tempo de contribuição), e crítica também a várias declarações dadas por Vicentinho à imprensa, bem como ao seu discurso na cerimônia com o governo na quinta feira, dia 18/01. Alguns membros da Executiva da CUT presentes falaram na mesma direção. Vicentinho, também presente, reafirmou seu compromisso com o PT e com a defesa das posições do partido, mas ao mesmo tempo deixou claro que avaliava que o acordo em torno dos pontos que tinham sido discutidos com o governo era positivo.

O DN aprovou por maioria uma resolução que reafirma a compreensão

que o PT sempre teve da autonomia da CUT (e de todas as entidades do movimento social em geral), e por outro lado destaca a importância das questões defendidas pelo PT (e que constavam da proposta inicial da CUT) que Vicentinho havia aceitado retirar nas negociações. Não fez nenhuma crítica direta às posições assumidas por Vicentinho, mas isto ficou implícito. A proposta alternativa, minoritária, fazia esta crítica explicitamente.

A reunião do DN do dia 11/2 voltou a tratar da questão. Reafirmou as posições anteriores, e ratificou a decisão já tomada pela bancada federal, de votar contra o acordo governo-CUT e de fortalecer o fórum das oposições no Congresso Nacional.

O deputado José Genoíno, que já havia sido o único parlamentar a discordar da posição da bancada federal na reunião em que a deliberação de votar contra o acordo foi tomada, voltou a polemizar na discussão do DN, defendendo as posições assumidas neste processo por Vicentinho como "exemplares". Nem sua própria corrente, a Democracia Radical, o acompanhou. □

João Machado

Até o momento as posições assumidas pela Direção e a Bancada Federal do PT tem sido corretas e indicam uma contraposição clara com a linha assumida na CUT.

Mas, como explicar então que com uma maioria petista na CUT (24 dos 32 membros da Executiva Nacional) tenha chegado a essa situação? Ou então, que um membro da coordenação nacional da Articulação Sindical (que tem 17 dos 24 petistas da Executiva) seja o secretário sindical numa composição da Executiva Nacional do PT onde apenas há membros do campo hegemônico pela Unidade na Luta, tendência da qual participam quase todos os membros daquela corrente sindical?

A chave está em que para implementar aquela linha os membros da Articulação Sindical da Executiva Nacional da CUT explicitaram que se confrontariam com a posição do partido. Confundem a necessária autonomia que deve ter a entidade em relação aos partidos com o descompromisso dos militantes sindicais petistas com a política do PT (que neste caso chegou a extremos de fazer críticas ao partido lado-a-lado com FHC).

Apesar de existirem energias internas na CUT para disputar a reversão desse quadro, o papel do PT na superação do impasse é fundamental neste momento. Primeiro, porque a lógica internista da Articulação Sindical bloqueia o debate na CUT.

Segundo, porque em relação às outras correntes que se posicionaram na Direção Nacional contra a Articulação Sindical, temos tanto acordo pontual em relação à previdência como grandes divergências estratégicas. A CSC (do PCdoB) está posicionada à direita do espectro cutista (pela sua concepção e prática sindical e, frequentemente, pela sua visão de conjuntura). O MTS (do PSTU) tem como objetivo principal sua própria construção, em função do que tem desenvolvido uma visão de construção sindical muito perniciososa (em muitos sentidos simétrica ao hegemônico da Articulação Sindical).

Duas tarefas

A ação do PT é o que pode desbloquear esse quadro. Para que isso aconteça o partido tem duas tarefas.

Em primeiro lugar, o partido deve recolocar o debate nas ruas, deve convocar à população para a resistência e fazer uma ampla campanha de esclarecimento sobre o que está em jogo. À decisão quase unânime de votar contra o relatório no Congresso, deve somar a mobilização social.

Para tal tarefa contará com o apoio da militância partidária de base e um amplo espectro de sindicalistas que não se sentem contemplados com a política definida isoladamente pela maioria da Direção Nacional da CUT.

Nesse sentido, as entidades filiadas e instâncias da CUT descontentes com o rumo colocado pela direção nacional já estão impulsionando, a partir do dia 27 de fevereiro, um amplo processo de mobilização pela rejeição do relatório de Euler Ribeiro no plenário do Congresso.

Em segundo lugar, o partido deve buscar construir um espaço comum entre os petistas do movimento sindical para a definição de políticas unificadas nas questões estratégicas.

O posicionamento que um setor de petistas na Executiva Nacional da CUT tomou contra a política do partido, não remete nem a nuances dentro de um campo comum de formulação política, nem ao exercício da autonomia sindical frente ao partido. Trata-se de um perigoso curso que pode ser explicado pelos elementos acima analisados. Deixado à sua própria dinâmica deverá levar à dispersão do campo democrático-popular, isto é, à destruição do acúmulo de forças conquistado em todos esses anos de construção da CUT e do PT. □

Maria Consolação da Rocha e Rafael Freire são membros da Executiva Nacional da CUT.

A incrível história...

No começo de 1995 o governo FHC recuou de sua tática inicial de tentar aprovar a "toque-de-caixa" a reforma da previdência, devido ao apelo popular do tema e as divergências na base governista. A CUT escolheu a questão da previdência como eixo prioritário, entendendo que era o primeiro tema, entre as reformas neoliberais da Constituição Federal, que mostrava ser capaz de estimular as mobilizações populares.

Na 7ª Plenária Nacional (setembro de 1995) foi apresentada a proposta de uma nova previdência pública para debate na base, como uma ferramenta de contraposição a reforma neoliberal de FHC. A defesa da previdência deveria ser um dos alicerces para a constituição da Frente da Cidadania, expressão do campo democrático-popular, no embate com as reformas de FHC.

Mas, todos esses antecedentes apagaram-se no dia 15 de janeiro de 1996. No final do dia, o noticiário anunciava a existência de um acordo entre o governo e as Centrais, que seria considerado "histórico" pelos negociadores da CUT.

Contribuição substitui solidariedade

O governo propôs e as Centrais aceitaram trocar o conceito "tempo de serviço" por "tempo de contribuição". A mudança foi de conceito, não de palavra. Com o rápido aumento dos "sem carteira assinada" o resultado é óbvio: o governo conseguirá aumentar de fato a idade de aposentadoria, diminuirá o contingente dos que podem se aposentar por tempo de trabalho e ainda introduzirá na Constituição que o critério para a aposentadoria é a "contribuição" e não a "solidariedade". Esses são temas chaves em todas as reformas neoliberais da previdência. Ao final, para que FHC iria mudar apenas "palavras" na Constituição?

As negociações caminhavam ainda para dificultar a aposentadoria dos funcionários públicos, a aposentadoria proporcional e a dos trabalhadores em economia familiar rural (ou que tenham trabalhado nela). Além disso emperrava no tema do fim das aposentadorias especiais de parlamentares, juízes e militares. Problemas apareciam também em relação ao uso dos recursos e as fontes de financiamento da previdência. Mesmo em relação à gestão da previdência o governo se empenhava em não sair de vagas declarações de intenção de uma gestão com a participação dos trabalhadores.

Para os negociadores da CUT haviam "avanços na negociação" porque continuavam comparando os termos da discussão com o projeto de emenda constitucional inicial do governo - que no entanto não estava mais em pauta no Congresso!

No dia 17, a Executiva Nacional da CUT em reunião negaria a existência de acordo e iniciava a longa fase de "as negociações continuam...". No dia 18, porém, em encontro dos presidentes das Centrais com o FHC, a coreografia era outra: o acordo era defendido pelos presentes ao ato. Não somente o governo usaria as negociações para atacar a intransigência das oposições (o PT em particular), mas membros petistas da Executiva Nacional da CUT, questionariam publicamente atuação do partido e sua bancada federal. As bancadas do PT e demais partidos de oposição rejeitaram o rumo proposto pelo acordo. Desfazia-se em dias uma política acordada nas instâncias da Central desde a posse de FHC.

O que deveria ser uma reunião da Executiva da CUT em começo de fevereiro para organizar o processo de deliberação na base sobre o tema, foi mudada por membros da Articulação Sindical, que decidiram unilateralmente pela convocação da Direção Nacional, sem esclarecer a pauta.

Nessa reunião (4 de fevereiro) se operaria uma mudança de método e de orientação política. A Articulação Sindical encaminhou a votação da aprovação dos pontos "já acordados" - sem que se tenha documento algum do governo formalizando os termos e sem nenhuma discussão e deliberação nas instâncias e sindicatos de base.

Disputa na direção da CUT

A Alternativa Sindical Socialista defendeu que o debate descesse à base e o tema fosse definido em uma Plenária Nacional Extraordinária, instância logo abaixo do Congresso Nacional da Central. Foram 66 votos para Articulação Sindical (incluído 1 do PPS), 33 para a proposta da Alternativa (19 dessa corrente, 7 da Corrente Sindical Classista do PCdoB, 6 do Movimento Tendência Socialista do PSTU e 1 da CST) e 4 para uma proposta de O Trabalho. Como protesto ao método usado pela maioria da direção, os membros das correntes que apoiaram a proposta da Alternativa saíram da reunião.

Dias antes e depois dessa reunião, a CUT já tinha recebido sinais do rumo novelesco que tomariam as coisas: o deputado relator Euler Ribeiro (PMDB-AM), nas sucessivas versões do relatório, não estava sendo "fiel aos termos negociados", mas também os ministros e líderes do governo não confirmavam plenamente quais seriam esses termos.

Apesar de tudo, os negociadores cutistas pareciam não ter dúvidas sobre o rumo a tomar: insistir em negociar para esclarecer os termos de acordo e aperfeiçoar o relatório do Euler. Mesmo no pior momento para FHC, no dia que o presidente da Comissão da previdência, Jair Soares (PFL-RS), renuncia denunciando os objetivos e métodos da reforma e o presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), decide levar o tema direto ao Plenário para aí usar o "rolo compressor", representantes da CUT reuniram-se no final da tarde diretamente com o presidente da República, buscando restabelecer o clima favorável ao acordo. Era importante que essa negociação desse certo para poder negociar todas as outras reformas em pauta. □

Um relato de como a maioria da direção da CUT abandonou as posições anteriores da Central (e as suas próprias) na negociação com FHC.



CUT: um atalho para o desastre?

CARLOS MALDONADO

A maioria direção da CUT apresenta a negociação como caminho para "uma Previdência Pública de qualidade para todos"!

As últimas decisões da direção nacional da CUT, em relação à "negociação" da reforma da previdência, desnudam, mais que um erro, uma opção política. Os companheiros e companheiras da maioria da direção da nossa Central afirmam: "A CUT insistirá na continuidade das negociações... por entendermos que este é o caminho para construirmos uma Previdência Pública de qualidade para todos".

Erro ou mudança estratégica?

A primeira vista poderia parecer que tal política é fruto de uma avaliação de que numa conjuntura muito adversa, a saída mais plausível é tentar diminuir o tamanho do prejuízo. No entanto, se esta fosse a avaliação não poder-se-ia afirmar que "este é o caminho para ... previdência pública de qualidade para todos...". Afir-mamos isto porque "o" significa "único" e, este caráter de previdência não será conseguido em uma economia dependente num momento de reestruturação neoliberal.

Ou se trata de um erro político sem tamanho, ou, então, estamos diante de uma grave mudança de perspectiva estratégica, até porque não há apenas um caminho, nem é possível mudar a correlação de forças de tal forma que, além de rejeitar as propostas neoliberais,

ainda se promova uma reforma de caráter popular. É inimaginável que, em 1996, a esquerda brasileira aglutine 308 deputados federais para melhorar a Constituição em favor dos trabalhadores e dos excluídos.

Organismos internacionais afirmam que no Brasil a transição neoliberal será mais lenta, dada a força e a capacidade de resistência do movimento social brasileiro - em especial o sindical.

Ao mesmo tempo, apesar do governo ter maioria no Parlamento e ter aprovado a quebra dos monopólios, um ano se passou e as reformas estruturais relativas à previdência, ao Estado,

à desregulamentação das relações de trabalho, aos direitos sociais e às formas de tributação, continuam emperradas no Congresso Nacional. 1996 é um ano eleitoral o que traz problemas de coesão e fidelidade na base parlamentar do governo.

É exatamente por isso que Fernando Henrique alterou a sua tática e, hoje, busca construir "acordos" com o movimento sindical combativo. Seu objetivo: garantir a tranquilidade necessária à sua bancada para a aprovação das medidas impopulares que forem possíveis.

As próximas reformas

A reforma previdenciária será um marco para o destino das outras reformas. Se o governo conseguir manter o acordo com a CUT e o produto disso for a mudança conceitual da previdência, com a perda de direitos consentida pela central, estaremos diante de um cenário em que FHC e sua equipe poderão e, já afirmaram

que irão fazê-lo, tentar construir acordos sequenciais que ao final terão como produto um *pacto social* a partir da agenda política do governo e seu projeto.

A próxima reforma será a que se refere ao tamanho do Estado e ao seu funcionamento. A reforma administrativa proposta por Bresser não passa de um amontoado de medidas de centralização de poder e retirada de direitos e garantias, possibilitando o fortalecimento do patrimonialismo, mas o cenário político que se vislumbra às vésperas da divulgação do relatório da comissão especial é muito parecido com o da previdência.

O relatório que será apresentado pelo dep. Moreira Franco (PMDB/RJ e relator da reforma administrativa), tende a introduzir mudanças importantes na proposta do governo e poderá significar a apresentação de uma terceira lógica, que tentará dialogar tanto com a proposta e as "necessidades" governamentais, quanto com algumas das aspirações dos servidores públicos. Por outro lado, duas propostas pressionarão, à esquerda e à direita, o processo de discussão no parlamento.

A primeira, apresentada pelo PT tenta responder à agenda política a partir das experiências das administrações populares e permite que os parlamentares da esquerda possam de alguma forma dialogar com a sociedade. A segunda, apresentada pelo presidente da comissão especial (dep. João Mellão PL/SP), repõe na cena a proposta e a lógica do governo.

Como não se trata de um tema com o apelo popular da previdência; a questão está envolta em um "senso comum" de que o Estado é ineficiente e os servidores públicos são incapazes e desleixados. Se a mesma lógica da previdência for aplicada aí, a tendência é que os retrocessos sejam muito maiores. Sabemos que o aparelho de Estado está ineficaz. Mas nossos caminhos e a nossa lógica para a mudança disso são diametralmente opostos aos da direita.

Além disso, já tramita no Congresso Nacional emenda constitucional de "reforma" estrutural na educação, retirando direitos básicos de cidadania e reforçando as "fabriquetas de diploma". No Ministério do Trabalho se prepara a desregulamentação das relações trabalhistas, sob o alibi de que para criar emprego é preciso diminuir o "Custo Brasil". Esta tende a ser uma das principais questões do período e o governo tentará imputar aos direitos dos trabalhadores a responsabilidade pelo desemprego em massa, buscando apresentar como saída sua drástica diminuição ou "flexibilização".

Estamos em uma encruzilhada. Não é possível resistir ao neoliberalismo sem fazer a disputa de projetos na sociedade junto com a mobilização da classe para a defesa de seus interesses. Temos a convicção que "negociar" a agenda política do governo FHC a partir das necessidades e das iniciativas desse governo, é cair em uma armadilha que pode levar ao esfacelamento do campo democrático e popular, retirando da cena o principal empecilho à aplicação das reformas neoliberais. O que é mais cruel é que a escolha do caminho ou do atalho depende, hoje, da Articulação Sindical que detêm a maioria na central. Esperamos que a unidade democrático-popular faça ver a esses companheiros e companheiras que o atalho pode levar ao abismo e que o outro caminho nos garante pelo menos o espaço da disputa. □

Carlos Maldonado é coordenador geral da Fasubra.

ALTA COSTURA



O PT e as eleições 96

JOAQUIM SORIANO

Definida no 10º Encontro Nacional, a Conferência Eleições 96, realizada nos dias 9 e 10 de fevereiro, não atingiu seus objetivos. O evento restringiu-se a esvaziadas discussões em grupos e a uma plenária com poucos menos de trinta intervenções. Foi antecedida por um Seminário com várias mesas sobre experiências setoriais das administrações petistas.

A Conferência trouxe à tona uma postura diante das eleições municipais nada distante de um vulgar eleitoralismo. Ou seja, para muitos petistas a tática eleitoral resume-se a eleger um vereador com qualquer coligação partidária. Especialmente no interior do país, nas pequenas cidades, tem petista encontrando "uma direita boazinha" para "flexibilizar" a posição do partido.

A resolução eleitoral

A Conferência não produziu nada de relevante para o Diretório Nacional votar. O que o DN apreciou foi um texto apresentado por Marco Aurélio Garcia que foi emendado e melhorado. Relevante foi a polêmica levantada pelo companheiro Plínio de Arruda Sampaio, sobre o caráter das eleições e a tática a ser construída pelo PT. Plínio sustentou mais uma vez que nestas eleições o principal é o PT constituir um campo de oposição radical ao neoliberalismo, não concedendo nenhuma ambiguidade na crítica contundente ao sistema. Assim o PT acumula e sinaliza para a sociedade uma alternativa. A emenda foi acatada parcialmente, mas a defesa da mesma, reveladora de todo o seu conteúdo constitui-se num momento importante da discussão.

O mais importante é que o texto sobre eleições aprovado, apesar de todas as manifestações a favor da "flexibilização", mantém a posição do 10º Encontro sobre política de alianças, notadamente o trecho a seguir: "O PT rejeita qualquer aliança com os partidos da coalizão de centro-direita que dá apoio ao governo FHC. No caso do PMDB e PSDB, alianças pontuais com setores desses partidos só serão permitidas com base em um programa de oposição a FHC e sua política neoliberal.

As alianças fora do campo democrático popular serão avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual respectiva, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas a nível nacional."

As prévias e algumas malandragens

Durante o debate da Conferência muito se questionou a prática de, às vésperas de prévias eleitorais, em alguns diretórios, especialmente quando o PT é governo na cidade, realizar-se um número exagerado de novas filiações. Este debate foi amplificado por uma matéria publicada pela Agência Estado no primeiro dia da Conferência, onde eram citadas as cidades de Diadema, Santos (SP), Goiânia (GO) e Ipatinga (MG).

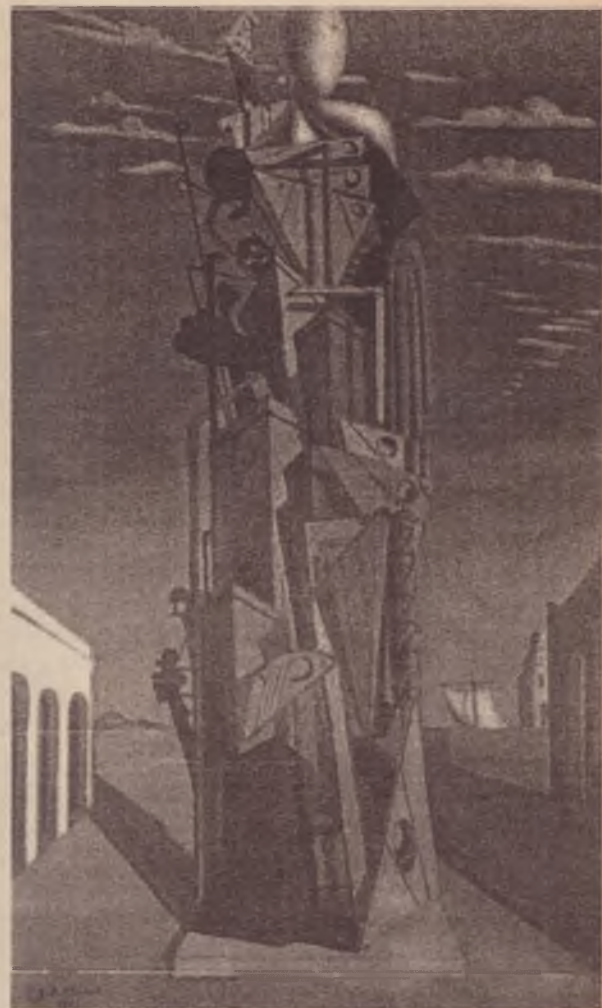
Muitos dos que no 10º Encontro exigiram a cassação dos delegados e delegadas da Paraíba não se mostraram tão indignados e preocupados com os indícios de graves problemas no processo de filiação e na relação entre petistas em vários municípios, notadamente em Diadema, onde o presidente do PT municipal, José Augusto, pré-candidato não entrega a lista de filiados

aos apoiadores da outra pré-candidatura, de Joel, vice presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC.

Foi aprovada uma resolução do DN que cria uma comissão para monitorar cada uma das prévias nas cidades citadas acima. Serão compostas por dois membros do DN e outros dois das respectivas Executivas Estaduais.

Várias emendas ao Regulamento para os Encontros e Prévias Municipais aprovado na reunião de janeiro foram apresentadas. Algumas para precisar, mas outras para beneficiar uma ou outra candidatura em algum lugar. O PT precisa construir regras para seus Encontros que sejam perenes, menos afeitas às circunstâncias de maiorias episódicas.

Uma, apresentada por Adeli Sell, da Executiva do PT/RS, queria modificar o sentido geral do Regulamento aprovado em janeiro, que dá autonomia ao DM para organizar a prévia e o encontro. Havia perdido sua posição no Rio Grande do Sul e queria vê-la aprovada no DN. A emenda foi rejeitada por 1 voto. José Dirceu desempatou. □



GIORGIO DE CHIRICO

A Executiva Nacional do PT

Na reunião do DN de 11 de fevereiro a proposta de composição da Comissão Executiva Nacional feita pelo presidente do PT na reunião de outubro de 95, aquela que implicava no rodízio do titular da Secretaria Geral (um ano para cada chapa) foi apresentada por Irini Lopes, do Espírito Santo (Articulação de Esquerda), em nome da chapa "Socialismo e Democracia". Na reunião de janeiro de 96 não tinha havido tempo para discutir esta questão. Gilberto Carvalho (Articulação Unidade e Luta) informou que a proposta não vigorava mais e apresentou outra onde não havia o rodízio da Secretaria Geral, a Secretaria de Finanças ficaria com a Articulação Unidade na Luta, mas a Coordenação do Grupo de Trabalho Eleitoral ficaria para a Socialismo e Democracia. João Alfredo, deputado estadual do Ceará (Opção de Esquerda), insistiu que cabia ao DN discutir e deliberar sobre a composição da Executiva. José Dirceu encaminha a votação entre a proposta de Irini e a de Gilberto. Arlindo Chinaglia, Deputado Federal, de São Paulo (Articulação de Es-

querda), comunica ao plenário que a decisão da chapa "Socialismo e Democracia" é de não participar da Executiva, confirmando-se que a proposta de acordo não foi apresentada novamente.

João Machado (Democracia Socialista) insiste na proposta de João Alfredo e salienta que a Executiva atual, composta sem atender ao princípio regimental da proporcionalidade, tem a sua representatividade e legitimidade no mínimo comprometidas. Baseada na declaração de Arlindo, a mesa encaminha que haverá seis inscrições para debater o tema, mas que não haverá votação. Que permanece a Executiva eleita na reunião de outubro passado.

Na reunião da Chapa Socialismo e Democracia, a DS tinha defendido que, não havendo mais a proposta de acordo, a Chapa ocupasse as vagas da Executiva (sem assumir nenhuma secretaria). Esta tese foi apoiada por João Alfredo e pelo deputado estadual de Minas Gerais, Gilmar Machado. Os companheiros do "Forum Socialista", que defendiam esta proposta desde a 1ª reunião do DN, não estavam presentes. □

A cor da estrela

SAMUEL VIDA

O ano de 1995 foi marcado por importantes iniciativas do Movimento Negro em torno da comemoração do tricentenário da imortalidade de Zumbi. Demonstrando capacidade de iniciativa política e articulação com outros movimentos sociais, a militância negra construiu inúmeras atividades mobilizando milha-

res de pessoas em todo o país. A farsa da "Democracia Racial" foi desmascarada e o debate acerca dos problemas nacionais não pode mais ignorar o "apartheid" informal que segrega, discrimina e exclui o povo negro no Brasil.

O significado histórico do resgate da experiência da República de Palmares consiste na demonstração prática da viabilidade da construção de uma sociedade igualitária, democrática e multirracial e do papel do povo negro como principal artífice das lutas pela liberdade e pela democratização da vida política, econômica e social no país. Não é mais possível negar a tradição de enfrentamento e luta desenvolvidas pelos negros durante cinco séculos, assim como o papel e a função do preconceito e discriminação racial na estruturação de uma sociedade autoritária, excludente e antidemocrática.

Portanto, qualquer projeto com conteúdo anti-capitalista deverá ter a questão racial como um dos componentes centrais na construção do sujeito revolucionário no Brasil.

Um ano de mobilizações

As atividades mais expressivas desenvolvidas durante o tricentenário de Palmares foram: o Encontro Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombo, consolidando uma iniciativa de resgate, intercâmbio e defesa dos descendentes de quilombolas em todo o país, além de impulsionar a luta pela reforma agrária através da titulação das terras; a Marcha à Brasília contra o racismo, pela cidadania e a vida, que reuniu 30.000 pessoas numa evidente demonstração da consolidação do Movimento Negro como importante sujeito político no país e interlocutor indispensável para os que pretendem debater e enfrentar os graves problemas nacionais; o Congresso Continental de Povos Negros da América, que contou com representação de 19 países, dando um importante passo

para a articulação internacional da luta anti-racista.

A participação do PT nas atividades dos 300 anos foi frágil na maioria dos estados, limitando-se a manifestações formais de apoio e solidariedade. Do ponto de vista partidário, a atitude mais significativa teve um caráter simbólico: a homenagem a Zumbi dos Palmares na realização do 10º Encontro Nacional.

Outra iniciativa foi a criação Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, em decorrência da atitude da militância negra petista de exigir a incorporação da discussão das relações raciais no Brasil pelo PT.

IV Encontro Nacional

Para implementar a resolução que criou a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo foi realizado, em São Paulo, de 26 a 28 de janeiro de 1996, o IV Encontro Nacional de Negras e Negros Petistas. O Encontro contou com a participação de representantes de doze estados e mobilizou nacionalmente a militância negra identificada com o PT.

Repetindo uma tradição histórica de descaso e miopia política diante do significado da questão racial no Brasil, a atual Executiva Nacional não designou nenhum integrante para acompanhar os trabalhos do Encontro. A participação do presidente José Dirceu no debate de abertura dos trabalhos foi meteórica, superficial e infeliz, produzindo uma reação de indignação dos participantes, combinando com a constatação do nível de incompreensão e resistência ainda encontrado no interior do PT para o tratamento da questão. Este episódio deve servir de alerta para a atual direção e para o conjunto do partido, merecendo uma reflexão o significado implícito nestas atitudes.

Cabe registrar a atitude respeitosa da companheira Luiza Erundina, da deputada Marta Suplicy e do senador Eduardo Suplicy que participaram dos debates de abertura do Encontro contribuindo com intervenções, numa evidente demonstração de reconhecimento da importância partidária do evento realizado.

Apesar do descaso da Direção, o Encontro produziu importantes resoluções políticas buscando estabelecer um "olhar negro" sobre os problemas nacionais, apontando alternativas de enfrentamento a partir dos interesses das maiorias, discutindo também a situação do PT e seus dilemas atuais.

Ressaltando a necessidade de combater o projeto neoliberal que aprofunda a exclusão dos negros no Brasil, foi constada a necessidade de uma atitude mais firme do PT no enfrentamento do governo FHC e suas reformas anti-populares. Também foi repudiada a iniciativa de FHC de cooptar setores do movimento negro para legitimar algumas iniciativas governamentais que pretendem esvaziar o caráter mobilizador do debate em torno da opressão e exclusão sofrida pela maioria negra em nosso país.

No terreno partidário duas resoluções merecem destaque. A primeira, estabelecendo a iniciativa de inclusão na legenda eleitoral de 96 da questão racial, buscando garantir desde a campanha a incorporação de políticas públicas voltadas para o combate ao racismo e à discriminação. Caberá à Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) viabilizar o debate e contribuir para formulações programáticas em torno da questão racial nas disputas que travaremos em todo o país, assim como o acompanhamento das candidaturas ne-



LARRY SIEGAL

O IV Encontro Nacional de Negras e Negros do PT foi um divisor de água na relação do Partido com a luta anti-racista.

gras petistas a prefeito e vereador. A segunda, manifestando preocupações com os rumos do Partido depois do 10º Encontro, criticando a atitude da “nova maioria” de desrespeito às tradições democráticas de representação proporcional negociadas sob critérios políticos na composição da Executiva Nacional.

Numa evidente demonstração de responsabilidade para a construção partidária e maturidade para travar as disputas políticas foi construída uma chapa de consenso para o Coletivo Nacional da SNCR, reduzindo-se a disputa à indicação do secretário, quando foram apresentados duas candidaturas. O coletivo ficou constituído por Flávio Jorge Rodrigues da Silva (secretário, SP), Matilde Ribeiro (SP), Talis Fernando Rosa (RS), Almira Maciel Correia (PR), Carlos Porto (MS), Elisabeth Viana (RJ), Verônica Marques (RJ), Martys Alves Chagas (MG) e Samuel Vida (BA).

A realização do IV Encontro de Negras e Negros e a implementação da SNCR se constituem num divisor de águas, num marco histórico para o Partido dos Trabalhadores. Esse momento representou o resultado da intervenção de inúmeros militantes que vem, ao longo dos 16 anos do PT, buscando demonstrar a necessidade imperiosa de construirmos uma dinâmica revolucionária assentada na

articulação entre raça, gênero e classe como condição viabilizadora de mudanças profundas em nosso país.

Entretanto, revela também a dificuldade histórica do PT e suas direções em se desvencilhar de uma tradição eurocêntrica e preconceituosa que dificulta e entrava a intervenção no Brasil realmente existente, podendo conduzir a uma derrota do projeto socialista representado pelo PT.

O desafio está lançado e a responsabilidade é de todos, negros e brancos. Ou o PT assume a luta contra a discriminação racial, ou caminhará, inevitavelmente, para o divórcio com a maioria dos explorados e oprimidos em nosso país. □

Samuel Vida é membro do coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e militante do movimento negro Níger Òkàn.



DEBATE E VÍDEO

México e Brasil: neoliberalismo e luta popular

A crise mexicana e suas implicações para o Brasil é o tema das palestras que o jornalista Igor Fuser tem feito em sindicatos, faculdades e associações populares a partir de outubro de 1995, quando lançou seu livro-reportagem *México em transe*.

O México era considerado, até a crise do final de 1994, o “melhor aluno do FMI, cujas receitas aplicava ao pé da letra.

Os ingredientes básicos da crise mexicana - abertura comercial irrestrita, privatização, moeda “forte” e dependência dos capitais especulativos - estão presentes no modelo adotado no Brasil a partir do Plano Real.

A crise mexicana oferece uma chance rara de reflexão sobre o modelo neoliberal, cujos resultados vem sendo catastróficos para a América Latina.



Aos poucos, porém, o conformismo dá lugar à resistência. A guerrilha zapatista de Chiapas, no México, empolgou o país com sua luta por democracia, reforma agrária e pela revogação do Acordo de Livre-Comércio com os Estados Unidos.

Estas palestras tem se mostrado excelentes oportunidades para uma avaliação crítica do neoliberalismo no Brasil e no mundo (onde ganha destaque a

greve vitoriosa em defesa da previdência social na França) e dos efeitos nefastos da “globalização”.

Para enriquecer o debate e tornar mais atraente a exposição, o autor de *México em transe* tem exibido um vídeo de 12 minutos, com o mesmo título e de produção profissional, elaborado com base no livro.

Tanto o vídeo quanto o livro podem ser adquiridos nos debates, a preços promocionais.

Igor Fuser é editor de Assuntos Internacionais da revista *Veja*. Pode ser contactado pelo fone/fax (011) 622221.

O livro e o vídeo *México em transe* podem ser pedidos diretamente ao autor:

livro: R\$ 22,00 - vídeo: R\$ 12,00
livro + vídeo: R\$ 30,00
Mais os custos de correio

Pedidos para Igor Fuser

R. Antonio Borba, 169. ap. 31.
Vila Madalena, São Paulo - SP
Cep 05451-070

S em compreender a força, a lógica e a dinâmica do governo FHC, o PT não tem conseguido construir uma identidade de oposição.

Há hoje um consenso generalizado sobre o fato de que o PT ainda não conseguiu organizar um polo legitimado e amplo de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Por que isto não aconteceu? Não é certamente porque o PT não acumulou força social e institucional suficientes. Nem muito menos deixaram de existir as profundas contradições que marcam a sociedade e a atuação do Estado brasileiro.

A razão desta dificuldade está em outro lugar. O PT ainda não construiu conceitualmente um diagnóstico do que é e qual a dinâmica do governo FHC. Na ausência disso, sua própria identidade de oposição fica nebulosa. Pior, esta não-identidade passa a ser instrumentalizada pelas mãos hábeis do governo, como demonstra o episódio recente da CUT.

Dois erros

O primeiro erro de diagnóstico é o de substituir uma análise concreta da situação concreta por uma caracterização exclusivamente *ideológica* do governo. FHC seria neoliberal; portanto recessivo, arrochante, desnacionalizante e desorganizador do Estado e de suas já muito mínimas funções sociais. Tende-se, com muita frequência, a substituir a necessariamente complexa análise de como as diversas classes e setores de classe são afetados por este governo por uma dialética pobre de "incluídos" e "excluídos".

O problema deste modelo é que sua nitidez não bate com a realidade. Não há melhoria nítida nos salários mas é muito significativa a ausência da hiperinflação,

Devemos evitar o erro de substituir uma análise concreta da situação concreta por uma caracterização apenas ideológica do governo FHC.



Espelho de

principalmente para as camadas de baixa renda. Não há recessão, mas crescimento moderado (4,6% em 1995 e perspectivas de 3 a 4% nos próximos anos). Apesar da maior abertura às importações, não há aqui um processo de desindustrialização generalizado como ocorreu na Argentina - o parque industrial no Brasil é muito mais competitivo e estruturado - e, de forma ainda incipiente, começam a entrar investimentos diretos de capital externo (em 1995, foram de 2,0 bilhões de reais). É verdade que, pagando uma taxa de juros dez vezes maior do que a praticada nos mercados dos países capitalistas desenvolvidos, o governo viu a sua dívida mobiliária crescer em 78,56% em 1995. Mas teve, entretanto, no ano passado a maior arrecadação tributária de toda a história brasileira, 84 bilhões de reais. Exato que em seu discurso de fim de ano FHC manipulou os números para demonstrar um artificial avanço dos gastos oficiais em saúde, mas é certos também que os gastos nesta área, apesar de muito insuficientes, não diminuíram.

O outro erro, diametralmente oposto, seria o que poderíamos chamar de *pragmático*. Incapaz de formular uma alternativa global e coerente ao governo FHC. Os ecos de nosso silêncio diante do Plano Real - programa-se uma oposição no varejo, caso a caso, tema a tema. Objetivamente ficou-se restrito ao papel de pressão *nos marcos* da modernização conservadora em curso. Politicamente, a resultante é a diluição de um perfil oposicionista vazado nos meandros da negociação parlamentar habilmente conduzida pelo governo.

Entre a postura ideológica e a pragmática, cresce a perplexidade e o imobilismo. As próprias tensões internas ao bloco PSDB-PFL passam a ocupar o centro do cenário político.

Estabilização relativa

O que nem a visão ideológica nem o olhar pragmático conseguem captar é o fluxo sempre novo da história.

O primeiro conceito que precisamos construir é o de uma superação da crise nacional e de uma estabilização relativa da ordem no país.

No período 88-89, de aguda polarização social, contruimos a partir da experiência coletiva o conceito de *crise nacional*. Este conceito, de um lado, indicava a ausência de um projeto de longo prazo capaz de unificar as classes dominantes, a divisão político partidária das forças da ordem, a existência de uma situação potencial de instabilidade institucional e mesmo, de crise do regime da transição conservadora. De outro lado, ele apontava o crescimento aos saltos do movimento operário e popular, combinando neste contexto de forma criativa as lutas sociais e institucionais.

A vitória de Fernando Henrique em 1994 culminou todo um processo de rearticulação global das classes dominantes no Brasil. Um projeto de novo ciclo de modernização conservadora, um novo bloco de alianças PSDB-PFL, uma renovação da legitimidade após uma vitória consagrada no 1º turno.

Com este rearranjo, mudaram globalmente as próprias condições da luta de classes no Brasil. Há uma regeneração da ordem no sentido de novas perspectivas de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro em sintonia com o mercado mundial.

Dinâmicas que eram muito típicas do período de crise nacional são deslocadas. A fragmentação das forças da ordem no Congresso foi basicamente alterada pela for-

Os enganos

mação de blocos governistas PFL-PTB (133 deputados), PPB (87 deputados), PSDB (80 deputados), PMDB (97 deputados), compondo 75% dos votos da Câmara. As brechas para a atuação institucional diminuíram e, com elas, arrefeceu a dinâmica automática de estímulo entre as lutas sociais e parlamentares. A mídia, mais unificada política e ideologicamente, tornou-se um instrumento poderosíssimo de formação de opinião. As lutas sociais, em um certo descenso com a honrosa exceção dos sem-terra já desde o período anterior, enfrentam renovadas dificuldades em um contexto de um governo mais legitimado, ativo no diálogo com a sociedade. As contradições e denúncias contra o governo estalam de forma pública e áspera mas são engolfadas pela rede contínua de conciliação armada pelo próprio governo. A desordem, FHC ameaça a todo o momento... é o retorno da hiper-inflação.

Amadurecimento do liberalismo

O segundo conceito que procuramos construir é o do governo FHC como a expressão e agente do amadurecimento do liberalismo no Brasil, em sintonia com a hegemonia liberal no plano internacional.

Um dos marcos interpretativos de maior importância da história brasileira, de um ponto de vista marxista, foi sempre o da debilidade congênita do liberalismo, da sua capacidade de direção e enraizamento na sociedade brasileira. Os dois grandes ciclos de modernização conservadora no Brasil - o ciclo Vargas e o conduzido pela Ditadura Militar - implantaram-se pelo alto, autoritariamente, por via estatal. Contraditoriamente, eles foram criando as condições para a emergência e fortalecimento das três fontes definidoras de um projeto liberal: a expansão do mercado, da democracia representativa, do individualismo possessivo (isto é, a cultura de massas centralizada na ética individualista da posse e acumulação de bens materiais).

O governo Fernando Henrique é *liberal* não porque quer destruir o Estado, mas porque quer implantar um novo modelo no qual o Estado recua de suas funções diretamente produtivas em prol de uma função regulamentadora de uma economia ainda mais fortemente marcada pelo dinamismo mercantil.

O governo Fernando Henrique é *liberal* porque apresenta o seu conceito de democracia na instituição representativa e parlamentar, isto é, destituindo deste conceito qualquer visão igualitarista. Legitima-se a igualdade política formal entre os desiguais de fato e de direito no mercado. O parlamento não é apenas símbolo, mas instrumento auxiliar de governo, de negociação, de legitimação, de apaziguamento dos conflitos sociais.

O governo Fernando Henrique é *liberal* porque aposta, contra a ética da solidariedade ou comunitarista ou socializante, nos valores do individualismo possessivo com cultura de massas. Tem ao seu lado um formidável e moderníssimo aparato de comunicações e um capitalismo com grande capacidade virtual de expansão de seu mercado de massas.

O governo FHC, enfim, apresenta contornos neoliberais porque é *liberal* e estas correntes apresentam um grande impacto na cultura liberal contemporânea. Esta constatação é fundamental para estabelecer a correlação de forças e a lógica do governo FHC. Ele é muito mais do que um surfista das ondas neoliberais que percorrem o mundo, aliás já hoje não de uma forma



tão avassaladora como há alguns anos atrás. O seu liberalismo está enraizado, representa forças sociais e tendências culturais já muito fortes na sociedade brasileira.

Um governo liberal é exatamente aquele que procura deslocar a lógica dos conflitos políticos do eixo direita-esquerda para o eixo moderno-conservador.

Terceiro ciclo

Se o conceito de estabilização relativa da ordem é necessário para compreender a *correlação de forças* atualise a caracterização do governo como expressão e agente do amadurecimento do liberalismo no Brasil é decisiva para compreender a sua *lógica*; é necessário introduzir uma terceira dimensão para diagnosticar o seu *dinamismo*. Este conceito é o de terceiro ciclo de modernização conservadora.

Está errado quem não enxerga as dificuldades estruturais a serem vencidas antes de um deslanchamento do capitalismo brasileiro, mas está errado também quem trabalha apenas com a lógica da estagnação que predominou na década de 80.

Há várias iniciativas em curso no sentido de recriar as condições para um novo ciclo expansivo, em termos de longo prazo, do capitalismo brasileiro. Citemos cinco delas, entre outras:

- a recolocação do Brasil no mercado internacional, regularizando as relações com as instituições financeiras, garantindo maior abertura às importações, atraindo novos investimentos produtivos, expandindo mercados possíveis através do Mercosul;

- a recriação de condições institucionais mais estáveis, necessárias a confiabilidade de um novo ciclo de investimento a começar inclusive pela estabilidade monetária;

- a privatização e a abertura de novos espaços de valorização do capital, seja em empresas lucrativas, seja no setor de serviços através de parcerias;

- o incentivo às fusões no setor industrial e bancário, dando cobertura a um intenso processo de modernização tecnológica;

- o início da configuração de pacotes de investimento de infra-estrutura, necessários para sustentar um novo ciclo de crescimento.

Mais do que um prognóstico exato do futuro - o que seria uma veleidade ou uma má ciência - trata-se de definir um campo de possibilidades, cenários prováveis nos quais um partido socialista terá de sobreviver, crescer e encontrar pontes para o futuro. É preciso compreender as contradições muito fortes do terceiro ciclo de modernização conservadora para sobre elas assentar um novo ciclo da luta transformadora no Brasil. □

FHC busca abrir um novo ciclo de modernização conservadora, mas agora em moldes liberais.

O projeto neoliberal baseia-se na expansão do mercado, na democracia representativa e no individualismo possessivo.

O risco do defensismo

CARLOS HENRIQUE ARABE

A contribuição de Juarez é importante, mas desenvolve hipóteses que estão longe de comprovação e podem implicar em um grande defensismo político.

A contribuição do companheiro Juarez Guimarães retoma um debate decisivo para a esquerda. Alerta para a mudança qualitativa da situação política e para o risco de uma subordinação do PT se atuar caso a caso, pragmaticamente, sem uma alternativa ao projeto de modernização conservadora em curso. Mas ao procurar mostrar as diferenças com a situação até 94, desenvolve hipóteses que estão longe de comprovação e que podem implicar em um grande defensismo político.

O caráter do governo

Pensamos, ao contrário de Juarez, que a oposição de esquerda ao governo ainda não consolidou uma avaliação ideológica sobre o caráter do projeto FHC. Uma "avaliação concreta da situação concreta" só pode ser feita a partir de uma visão geral, histórica e ideológica, que é a maneira de vislumbrar tendências de longo prazo. Não tem fundamento a idéia de que a oposição se desarma ao trocar análises concretas por uma crítica apenas ideológica. O problema deve ser posto ao inverso.

A atuação do presidente da CUT na questão da previdência mostra isso: um desarmamento ideológico e político para enfrentar um governo que não negociava apenas a previdência mas, a incorporação da Central à sua agenda e ao seu horizonte estratégico.

O PT teve uma evolução política mais favorável depois da derrota. Passou de uma avaliação que atribuía o caráter de direita do governo ao PFL à compreensão - que o impulsionador do programa era o próprio núcleo dirigente do PSDB; a caracterização deste programa como neoliberal foi um passo simultâneo. Este avanço de posições, conquistado principalmente pela intervenção da esquerda partidária, é ainda incompleto. Mas estabelece

um ponto de partida ao recusar o horizonte comum da modernização, o que é uma condição necessária, embora não suficiente, para formulação de uma política alternativa. Este aliás, é um problema que desafia a esquerda internacionalmente. O processo de construção de alternativa será longo e desigual porque depende de novas experiências de luta e de organização, de novas formulações programáticas.

É preciso avaliar concretamente a situação, compreender as mediações da luta política e social que dificultam a aplicação "pura e dura" dos ajustes neoliberais. Mas é a avaliação geral, histórica e ideológica que nos aponta as tendências de longo prazo deste projeto.

O artigo de Juarez é pouco crítico frente a algumas destas tendências. Subestima as contradições no interior da estabilização, uma componente básica da nova legitimidade. Tudo indica que ela vem tendo "custos crescentes", o que não quer dizer que momentos críticos não possam ser superados pelo governo (como de fato tem sido). Mas gerando novos e mais abrangentes conflitos potenciais.

Entre estes citamos:
- o papel do Estado vem sendo altera-

do sem colocar nada no lugar (a não ser a lógica do mercado); é cada vez mais prisioneiro do movimento internacional de capitais e sua margem de manobra se reduz;

- se a desindustrialização, por enquanto, não é ainda um processo generalizado, não se pode negar o efeito do cruzamento entre a reestruturação e a abertura do mercado, podendo levar à liquidação da antiga articulação produtiva;

- a exclusão social ganha uma nova dinâmica e é ampliada com a precarização do trabalho e dos direitos sociais. A incorporação de setores de massa ao mercado pode não ser duradoura e se faz mantendo exclusões básicas (saúde, educação, etc.).

A hegemonia liberal

A subestimação de tendências de longo prazo pode ter levado, nos parece, ao exagero de conferir grande e prolongada solidez à nova hegemonia, caracterizada como liberal (e não como neoliberal). A comparação com os dois ciclos de desenvolvimento anteriores, dirigidos autoritariamente, dá a entender que estamos prestes a presenciar um terceiro, desta vez com baixo grau de autoritarismo e grande adesão de massas.

Se é verdade o predomínio das idéias liberais no mundo, e cada vez mais no Brasil, não nos parece correto deduzir que o exercício da dominação política se dê em marcos de um renovado liberalismo. No nosso caso mantêm mecanismos clássicos de autoritarismo (e de corrupção) acrescidos de novos. Um dos primeiros atos do governo foi a ocupação militar das refinarias na greve dos petroleiros; os sem terra continuam perseguidos; o judiciário, ao contrário de legitimar o conflito, legitima o uso da força a favor dos proprietários. É nova a capacidade de luta ideológica e política da direita, através dos meios de comunicação; mas é muito difícil entendê-la fora do contexto de um novo autoritarismo.

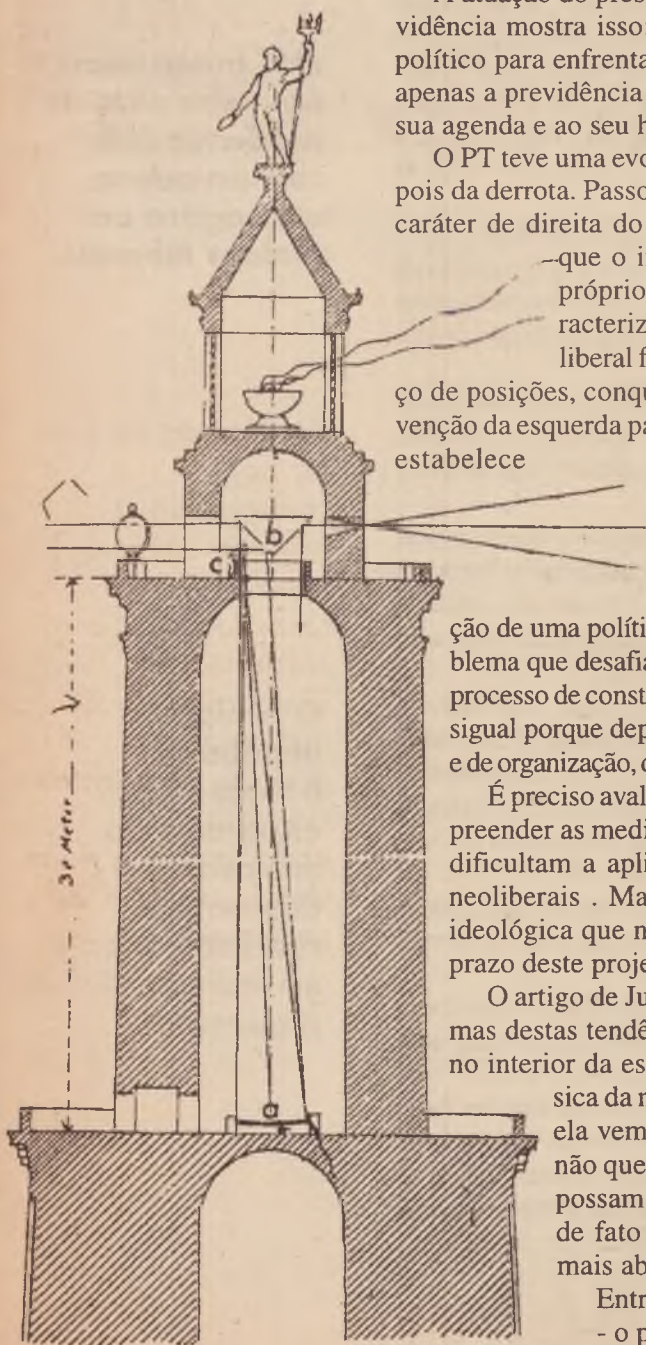
Terceiro ciclo?

Esta é a idéia mais problemática do artigo de Juarez. Ela parece ser deduzida do grande deslocamento de forças a partir da vitória de FH, rompendo os impasses dos anos 80. Traz implícita um certo automatismo entre condições políticas e econômicas (ao inverso do tradicional, que fazia da "superestrutura" política um reflexo da "infraestrutura" econômica).

A restauração da capacidade de dominação política burguesa é um elemento central, mas não é suficiente para recriar as condições de um relançamento capitalista no Brasil.

Uma avaliação mais cuidadosa para sustentar esta hipótese deveria apontar alterações mais significativas na dinâmica econômica: uma elevação substancial e sustentada dos investimentos, uma verificação dos novos setores chaves que alavancariam um novo ciclo longo, substituindo - seria possível? - o Estado. Isto para não falar das condições sociais: não é gratuita a pressão empresarial para reduzir o "custo Brasil" e para reduzir ainda mais o espaço de atuação sindical.

A idéia de terceiro ciclo traz ainda o problema da visão de continuidade, de retomada do fio histórico do crescimento (com Vargas e os militares). Ao que parece, havendo uma fase de crescimento esta teria mais elementos de ruptura do que de continuidade com o passado desenvolvimentista. □



As novas Tábuas da Lei

RICARDO PETRELLA

Novas Tábuas da Lei se impõem progressivamente sobre a humanidade. Na civilização cristã, a “antiga” aliança foi um pacto entre Deus e o homem, centrado em torno da idéia do amor entre Deus (o criador, o pai) e o homem (sua criatura, o filho), e entre os seres humanos (“amarás o próximo como a ti mesmo”). Neste quadro, o homem guardava toda sua liberdade. Ele podia pecar; Deus todo-poderoso, o Pai, misericordioso, podia perdoar.

Neste quadro, a liberdade que o mercado oferece é a da submissão. As novas Tábuas da Lei exaltam a idéia da competitividade entre todas as pessoas, todos os grupos sociais e todas as comunidades territoriais (cidades, regiões, Estados); o sucesso individual e coletivo passa pela conquista de partes do mercado, notadamente do mercado mundial.

Uma lógica de guerra

As nova Tábuas da Lei comportam *seis mandamentos*:

O *primeiro* remete à mundialização das finanças, do capital, dos mercados, das empresas e das suas estratégias. Fenômeno novo e recente, é apresentado como inevitável e irreversível: “Ninguém pode evitar o processo de mundialização”, afirma o Sr. Bachrum Harahap, secretário de Estado da Indonésia. Segundo ele, a mundialização da produção, das infraestruturas de telecomunicações, dos transportes, da eletricidade, comporta uma lógica de guerra, porque “em se tratando de conquistar os investimentos, é como a guerra: matar ou morrer”. Jamais vem a idéia que existem formas de mundialização da economia diferentes desta em curso, dentre as quais as sociedades deveriam poder escolher.

O *segundo* mandamento decorre das “revoluções científicas e tecnológicas” nos domínios da energia, dos materiais, das biotecnologias e, sobretudo, da informação e da comunicação. Cabe se adaptar a estes processos o mais rápida e intensamente possível, porque eles são as vias de mudar a condição humana e de dar surgimento a uma nova sociedade, aquela da informação, via real para entrar no século XXI, retomar o crescimento e o emprego. Ou inovação permanente, a serviço principalmente da competitividade das empresas nos mercados globais solváveis, já saturados, ou o crescimento será muito improvável, com a predominância de inovações nos procedimentos mais que nos produtos, o que leva a perdas maiores de postos de trabalho.

O *terceiro* mandamento enuncia que cada indivíduo, cada grupo social, cada comunidade territorial deve se constituir no melhor, no mais forte, no vencedor: se você não é o mais competitivo, o outro o será, e você será eliminado. Esta obrigação não exclui ninguém: não se limita às empresas mas, proclama-se, deve concernir às nações, às cidades, às regiões, aos ministérios, etc.

O *quarto* mandamento decorre dos três primeiros: liberalizar os mercados nacionais em função de um espaço único mundial onde circulem livremente mercadorias, capitais, serviços e pessoas. Deve-se condenar como herética toda forma de proteção “nacional”. Neste quadro não cabe a existência de interesses da sociedade e tão pouco de soberania popular.

O *quinto* mandamento é a necessária desre-

gulamentação dos mecanismos de direção e de orientação da economia. Não diz respeito aos cidadãos, quer dizer ao Estado, através de instituições representativas ou designadas, fixar normas e princípios de funcionamento. Isto deve ser deixado aos produtores, consumidores e financistas. O Estado deve se ocupar em criar um ambiente geral o mais favorável à ação das empresas, para que elas fixem as regras do jogo e persigam o imperativo da competitividade.

Último mandamento, que coroa o todo, a privatização de conjunto da economia: transportes urbanos, estradas de ferro, transporte aéreo, saúde, hospitais, educação, bancos, seguros, cultura, distribuição de água, de eletricidade e de gás, serviços administrativos, etc.

A aplicação generalizada destas Tábuas da Lei tem implicado em terríveis consequências para as condições de vida individual e coletiva no seu conjunto. Além de se deixar ao mercado a tarefa de governar o futuro de nossas sociedades, o mundo se transforma em terreno de uma guerra econômica sem perdão onde indivíduos, grupos sociais, cidades, países, continentes menos competitivos serão descartados e abandonados, como é o caso da África.

A serviço dos mercados

No Ocidente as lutas sociais e políticas dos séculos XIX e XX conseguiram impor regras e limites estruturais à pretensão do mercado de governar a economia e a sociedade. Agora, as novas Tábuas da Lei conduzirão a desigualdades irreversíveis entre os seres humanos. A ciência e a tecnologia serão utilizados como arma para melhor “abater os concorrentes” e para produzir bens e serviços visando unicamente satisfazer os objetivos, já saturados, dos consumidores dos mercados mais solváveis. O meio ambiente do planeta sofrerá desgastes irreversíveis. Porque a lógica dos seis mandamentos não é a criação de trabalho e emprego para todos, mas exclusivamente a busca de novas fontes de lucro.

Nesta ou naquela região do mundo, segmentos limitados da população poderão tirar proveito do jogo, mas todo projeto mundial ao serviço da humanidade será tornado impossível por décadas. Estaríamos equivocados, portanto, se negligenciarmos a dissidência e a resistência crescentes que provocam as novas Tábuas da Lei. Ainda que frágeis e minoritárias, a esperança e a criatividade caminham ao seu lado. □

Ricardo Petrella é professor na Universidade de Louvain. Publicado no *Le Monde Diplomatique*, outubro de 95.



As Tábuas da Lei de hoje consagram a aliança entre o mercado (e a tecnologia) e o conjunto da humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens e da sociedade.

A guerra dos apitos

GERARDO SANTIAGO

Uma grande polêmica foi aberta na mídia quando um grupo de jovens frequentadores da praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, se organizou para se proteger da repressão policial ao consumo da maconha no trecho da praia conhecido como Posto 9. O esquema era simples: diante da aproximação da polícia, soavam dezenas de apitos, e aqueles que estavam fumando seus baseados se escondiam e assim se livravam da ação repressiva (ou extorsiva) dos agentes da lei. A polícia reagiu com a costumeira truculência, chegando ao ridículo de apreender apitos. Tal polêmica veio se somar, como não podia deixar de ser, à discussão sobre a questão da violência e da criminalidade naquela cidade.

Violência e repressão

A questão da segurança pública se coloca hoje de forma candente. A violência faz parte do cotidiano dos grandes centros urbanos, e seu crescimento desperta os piores medos, tornando setores importante da população passíveis de serem ganhos por propostas fascizantes: o recrudescimento da repressão policial é a resposta ao crime organizado, notadamente o narcotráfico. A opção por uma política repressiva que mantenha com mão-de-ferro o controle sobre as crescentes multidões de excluídos se justifica como a única forma de garantir a segurança daqueles que tem o que perder. Fascismo ou barbárie, brandam os defensores da "solução final" para a questão da criminalidade.

A população pobre como um todo passa a ser encarada como criminosa em potencial, pois é nela que o crime organizado recruta os seus "soldados", embora com certeza não os seus "generais". Assim, cada favela ou gueto em qualquer metrópole passa a ser território inimigo, ocupado por um "exército" guerrilheiro a ser derrotado. A intimidação da população de tais localidades é fundamental para prevenir ou mesmo punir a cooperação prestada ao "inimigo", muitas vezes obtida também pelo mesmo método.

Neoliberalismo e criminalidade

A atual proliferação do crime e da violência vem ocorrendo no rastro da implementação do projeto neoliberal. Tanto do ponto de vista ideológico (valorização do individualismo e do mercado como mecanismo de "seleção natural" dos mais capazes) como prático (promoção do desemprego e das desigualdades), o neoliberalismo se constitui num caldo de cultura para o agravamento da criminalidade.

Entretanto, não devemos ceder à cômoda tentação de apontar os neoliberais como os únicos causadores das mazelas da humanidade. No Brasil, a eventual reversão das políticas neoliberais ou mesmo a conquista do poder político pela esquerda não resolverão

por si só o problema da segurança pública. Para nos contrapormos à direita, precisamos de uma política clara para a questão, que defenda a população pobre e os excluídos da truculência policial e da exercida pelo crime organizado. É preciso desnudar a farsa construída pela classe dominante e pela mídia acerca da "escalada da violência".

Legalização das drogas

Na área da segurança pública, o principal tabu a ser quebrado é o relacionado às drogas ilegais, cujo comércio e mesmo consumo são criminalizados. O narcotráfico movimentava centenas de bilhões de dólares, e a repressão a ele outro tanto. A permanência de tal situação é insustentável a longo prazo. A proposta que devemos apresentar é a legalização e conseqüente regulamentação do acesso às drogas ilegais.

A defesa da legalização não se confunde com a apologia das drogas. Pelo contrario, significa priorizar a abordagem do problema pelo ângulo da saúde. O dinheiro (mal) empregado na repressão as drogas seguramente seria (muito) melhor empregado em campanhas de prevenção e no tratamento de dependentes.

Um mito que deve ser destruído é o de que a legalização implicaria numa explosão de drogas pesadas, devastadora para sociedade, em particular para a juventude. Mas, é mentira dizer que a proibição dificulte de forma efetiva o acesso às drogas ilegais. Quem quer, compra; se houver procura, haverá oferta. E nos países onde foram testadas políticas não repressivas, não ocorreram as temidas epidemias de consumo. Tal tese funciona como um espantalho para quem quer manter o *status quo*.

E a quem interessa isso? Aos principais protagonistas da "guerra das drogas": os *narcotraficantes*, que com a legalização perderiam um negócio bilionário; os *magistrados, políticos, empresários e policiais corruptos*, que perderiam seus rendosos negócios de proteção ao tráfico, lavagem de dinheiro etc... A legalização seria um golpe certo na corrupção endêmica no Brasil; e a *direita*, que faz da repressão policial uma bandeira política.

Outro aspecto, é o do livre arbítrio, do direito que cada ser humano tem de dispor do próprio corpo como quiser. O mesmo argumento que sustenta o direito da mulher à opção pelo aborto e a defesa da igualdade civil para homens e mulheres homossexuais, sustenta também o direito dos usuários de drogas de não serem tratados pelo Estado como ameaça à segurança da sociedade. Quando o álcool, foi proibida nos EUA nos anos 20, por pressão da direita puritana, o resultado foi Al Capone. A política repressiva, não só fracassou em seu objetivo de inibir o consumo de álcool como foi decisiva para a construção do crime organizado.

A legalização do uso das drogas atualmente proscritas e a regulamentação do acesso a elas são propostas que a esquerda precisa defender no debate político na sociedade, a começar na sua base social mais consciente, os trabalhadores organizados e a juventude. Se não fizermos, mais uma vez morreremos na praia, com ou sem apitos. □

Gerardo Santiago é diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e diretor executivo da CNB/CUT.



KARL BLOSSFELD

A proposta que devemos apresentar é a legalização e conseqüente regulamentação do acesso às drogas ilegais.



KARL BLOSSFELD

Atenção!: revista mensal de investigação jornalística e crítica de nosso tempo. A cada ano, onze edições (janeiro é o mês de balanço da companhia). Reportagens exclusivas, polêmicas, novas idéias. A cada edição, o esforço para oferecer um outro ponto de vista.

Estamos sempre em busca da pauta mais instigante e surpreendente. Sem abrir mão de uma linguagem ágil e de uma veste cativante, **Atenção!** ultrapassa os limites da superficialidade, da informação fácil, do lugar-comum.

Somos uma revista independente e plural. Em nossas páginas só não haverá espaço para a verdade oficial, empacotada, fabricada sob encomenda. Apostamos na grande reportagem como ferramenta que revela o que se deseja esconder ou desconhecer. Nossos repórteres estarão sempre trazendo a público o Brasil que sofre, luta e se emociona.

Atenção! também dá destaque aos acontecimentos mundiais, particularmente aos latino-americanos. Além de um ampla rede de colaboradores espalhados pelas mais importantes capitais, contamos com a qualidade do mensário francês *Le Monde Diplomatique* (principal publicação sobre temas mundiais) e do semanário americano *The Nation* (a mais conceituada revista progressista dos Estados Unidos), dos quais detemos os direitos exclusivos de republicação para o nosso país.

Nas colunas, nos ensaios, no roteiro de cada edição buscamos oferecer o melhor material sobre idéias e comportamento, sobre a produção nas artes. Tentamos temperar a densidade e a picardia da boa crítica cultural com reportagens que permitam ao leitor um contínuo painel do que se faz e do que acontece no interior da usina dos pensamentos e costumes.

As forças do mercado e da política empurraram boa parte da mídia brasileira para uma postura homogênea, supérflua, sem graça. Reforçaram uma forma de *fazer jornalismo* que se alimenta basicamente de declarações das autoridades e relatórios institucionais. Um jornalismo pela rama, que frustra o leitor atento, desejoso de eliminar as barreiras da desinformação, e que cria uma unanimidade, um discurso repetido, preguiçoso.

Já nascemos nadando no sentido contrário desta corrente. Tudo o que é unânime nos é estranho. Tudo o que é tranqüilo nos deixa impacientes. Todo conforto deve ser castigado. Não leia esta revista se você não quiser ser incomodado por uma outra realidade, pela dúvida, pela revelação.

Porque assim é **Atenção!**

COMO ASSINAR

**LIGAÇÃO
GRATUITA**

Estado de São Paulo - 0800 13 3005

Outros estados - 0800 48 0777

Representantes nos estados:

RJ (021) 262 5863
PR (041) 225 5578

RS (051) 249 3791
CE (085) 254 2059

SC (048) 224 7777
PA (091) 224 7968

MG (031) 332 4581
SP (011) 532 1833



Uma época de incertezas

ERNESTO HERRERA

Devemos assumir que temos que repensar o projeto socialista em uma “época cética”, em uma correlação de forças desfavorável e sob uma “hegemonia liberal”. Tratar-se-ia, então, de saber “administrar” as incertezas geradas e que o próprio período histórico promove.

Mas devemos ter cuidado, não convertendo as incertezas em bandeira política ou em um princípio. Isso é fatal para as pessoas que querem mudar o mundo e substituir os valores dominantes. Até agora, todos os que teorizaram sobre as incertezas e os vazios programáticos (que existem, sem dúvida) caíram nas armadilhas colocadas pela burguesia e terminaram por se adaptar a um realismo inútil, terminaram por renunciar a qualquer horizonte de ruptura revolucionária. E perdoem a heresia, não creio que tenha chegado a hora da esquerda - e da esquerda marxista em particular - ter que vender as jóias da família.

Tempos discordantes

O companheiro Bensaid disse, em um de seus livros recentes, que a confusão destes tempos “discordantes” exige conjugar a necessária lentidão da reflexão com a urgente impaciência da ação. Aí estamos. Claro que a situação atual gera tensões, retrocessos, retiradas. Feridos e machucados em quantidades. Mas a construção de um projeto revolucionário, é sob todos os aspectos o oposto do “just in time” dos japoneses.

Inclusive em muitos lugares temos que suportar de pessoas de esquerda questionamentos irresponsáveis à idéia de vanguarda, de partido e de centralismo democrático, a quem acusam de todas as nossas misérias passadas, presentes e futuras. Na maioria dos casos, estes questionamentos são o resultado de uma profunda desmoralização, de uma decomposição política. Em outros, são um alibi para justificar fracassos políticos e organizativos. Próprios e alheios. (...)

Esta é a paisagem que nos rodeia. Neste contexto, temos que concordar com Boaventura de Souza Santos, que disse que “a esquerda precisa recuperar a auto-estima e encontrar uma pluralidade de formas de ação”. E a primeira condição para recuperar a auto-estima é deixar de dizer besteiras e deixar de pensar que a todo momento temos que inventar alguma teoria nova - segundo sobre o vento - para estar em dia com a agenda que nos impõe os de cima.

O papel do Estado

É o caso sobre a suposta crise do Estado. Hoje, muitos companheiros caem na armadilha da “reforma do Estado”, inclusive falam de uma crise do Estado “benefactor” na América Latina! Imagine-se o disparate, dizer isso em um continente onde sempre a maioria da população viveu na miséria, no desemprego, no analfabetismo, sem casa, nem direito à saúde ou à educação. É verdade que há um debilitamento do Estado, mas em relação ao capital, principalmente o estrangeiro, há uma perda de soberania evidente. Mas na relação com a “sociedade civil”. O Estado na América Latina está cada vez mais forte, mais repressivo, e se quiserem uma confirmação perguntem aos trabalhadores do setor do petróleo. Assim, isso que a luta contra o Estado perdeu sua centralidade é uma fantasia suicida. (...)

O panorama está muito complicado e não temos porque negá-lo, os desafios são enormes e as respostas alternativas aparecem por conta-gotas. Fala-se até de uma “crise de civilização” para completar o quadro de desastre.

Todavia, prefiro balizar-me por algo que afirmou o companheiro João Machado e que vou citar: “O neoliberalismo gera um mundo instável, desigual, violento. Nunca o capitalismo mostrou tão claramente todas suas contradições. Em uma discussão há alguns dias no PT, um companheiro dizia: ‘talvez com a perda de credibilidade do socialismo, seja necessário buscar um programa intermediário, mais modesto, que almeje a integração nacional e a cidadania’. Pode ser. Mas a defesa da soberania, da cidadania para todos, tornam-se bandeiras anticapitalistas (...) Hoje em dia, um progressista moderado, mas conseqüente, só pode ser um radical. De certa forma, o cenário se simplificou: de um lado estão os grandes capitalistas, os integrados, os posmodernos; de outro lado, os que mantêm o sentido de solidariedade e dignidade.”

Homens de Estado sem Estado

As coisas simplificaram-se, boa fórmula. O problema é que há uma esquerda demasiado institucionalizada, cheia de assessores, funcionários sindicais, parlamentares, homens de Estado sem Estado. Que tem muitas dificuldades de entender os movimentos sociais, esses movimentos que são o eixo articulador da resistência anti-neoliberal por toda a América Latina: em Chiapas, no Equador, no Paraguai, nas províncias argentinas, na Bolívia, no Uruguai, nas lutas pela terra aqui no Brasil. Movimentos que geram novos caminhos de rebeldia, novas formas de organização e onde a violência popular está colocada na ordem do dia. (...)

Fala-se muito sobre nossa identidade, nossas heranças teóricas e programáticas, de como nos definirmos. Não é necessário ser demasiado sofisticado sobre o assunto, nem recorrer a nenhum texto sagrado. Melhor é remeter-nos às três razões simples que dava o companheiro Mandel quando lhe perguntavam o que era ser marxista revolucionário: representava uma síntese da evolução da razão; um imperativo moral; uma coerência entre a teoria e a prática. □

Ernesto Herrera é dirigente do PST uruguaio e da IV Internacional. Este texto são extratos de uma intervenção num debate promovido pela Tendência Democracia Socialista do PT.

Temos que administrar as incertezas promovidas pelo novo período, mas não convertê-las em bandeira política ou em um princípio.



FRIDA KAHLO

Revolta e melancolia

ISABEL MARIA LOUREIRO

O livro de Michael Löwy e Robert Sayre, *Revolta e melancolia. O romantismo na contramão da modernidade* (Petrópolis, Editora Vozes, 1995), é uma fascinante história do ideário romântico desde o século XVIII até nossos dias. Fascinante, entre outros motivos, por revelar a contemporaneidade de autores muitas vezes distantes de nós no tempo, mas que em virtude da virulência e lucidez da crítica à desumanização do mundo industrial mostram-se bem mais contemporâneos do que a maioria da esquerda atual, que renunciou à utopia em nome de um pragmatismo bem comportado, anódino e sem imaginação.

Na sua reflexão sobre o romantismo, os autores apontam os limites das análises literárias e artísticas sobre o tema, por não levarem em conta o elemento fundamental e unificador dessa visão de mundo "dotada de estrutura e coerência" (p. 250) — *a oposição ao capitalismo e à sociedade burguesa*. Assim, o romantismo deixa de ser apenas uma escola literária para tornar-se uma das correntes mais importantes da cultura moderna.

Crítica da civilização capitalista

Segundo os autores (inspirados em Goldmann e Lukács), o romantismo, que surgiu praticamente ao mesmo tempo na Alemanha, França e Inglaterra na segunda metade do século XVIII e continua até hoje, é a crítica da "civilização capitalista moderna, em nome dos valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)" (p. 34). Nessa medida, é portador de "um impulso anticapitalista", "mais ou menos inconsciente" (p. 37). É uma "crítica moderna da modernidade", ou melhor, uma "autocrítica da modernidade" (p. 39) em nome de um utópico passado harmonioso em que os homens não estavam alienados.

Os românticos têm o doloroso sentimento de que no percurso em direção à modernidade houve uma perda irreparável: a possibilidade de uma expressão autêntica da individualidade e a comunidade dos homens com a natureza e com os outros homens. É desta forma inteligente que o livro sintetiza os mais variados modos de manifestação do mal-estar romântico para com um mundo desencantado, mecanizado, abstrato, onde se deu a dissolução de todos os vínculos sociais, um mundo escravizado pelas relações de dinheiro, em que os homens não se sentem em casa. Assim, de modo incisivo, os autores distinguem-se de todos os que interpretaram a história do romantismo (Lukács entre eles) "como prelúdio ao fascismo e ligado à ideologia fascista" (p. 102).

À maneira dos "tipos-ideais" de Weber, os autores elaboram, a título de "hipótese de trabalho", uma tipologia que abarca tanto o romantismo de "direita" quanto o de "esquerda". O primeiro, com variações, procuraria restaurar o passado perdido, sendo representado por autores como Bernanos, Burke, Gottfried Benn, Tönnies. No segundo, a nostalgia do passado torna-se fundamento da utopia futura. Aqui estão Rousseau, Heine, Shelley, Sismondi, os populistas russos, Gustav Landauer, Lukács, Bloch e os frankfurtianos, entre outros.

O restante do livro consiste num aprofundamento desta perspectiva, focalizando autores marxistas (Marx, Engels, Rosa Luxemburg, Lukács, Bloch) além de im-

portantes figuras românticas dos séculos XVIII ao XX (Coleridge, Ruskin, Péguy). Também são analisadas várias manifestações do espírito romântico no nosso século, como o expressionismo, o surrealismo, a crítica da cultura burguesa feita por Marcuse e Lefebvre, a revolta estudantil de maio de 68, os movimentos ecológicos e religiosos contemporâneos.

Romantismo e modernidade

No último capítulo, os autores apontam os limites do romantismo e propõem a sua superação dialética, como saída para os impasses teóricos da esquerda. Já que a recusa em bloco da modernidade é insustentável, trata-se de conservar as suas conquistas (direitos individuais, avanço tecnológico) dando-lhes porém novo sentido. Uma auto-crítica da modernidade não pode ignorar a a lúcida oposição ao progresso levada a cabo pelos românticos, que é de valor inestimável "enquanto diagnóstico" (p. 321) dos males da civilização industrial: "reificação, quantificação, perda dos valores qualitativos humanos e culturais, solidão dos indivíduos, desenraizamento, alienação pela mercadoria, dinâmica incontrolável do maquinismo e da tecnologia, temporalidade reduzida ao instante, degradação da natureza" (p. 321).

Como enfrentar essa situação evitando a armadilha da escolha entre tradição e modernidade? Os nossos autores propõem: "a superação dialética dessas oposições em direção a uma *nova cultura*, uma *nova unidade com a natureza*, uma *nova comunidade*. Essas formas novas distinguem-se radicalmente das manifestações pré-capitalistas por integrarem determinados momentos essenciais da modernidade." (p. 324).

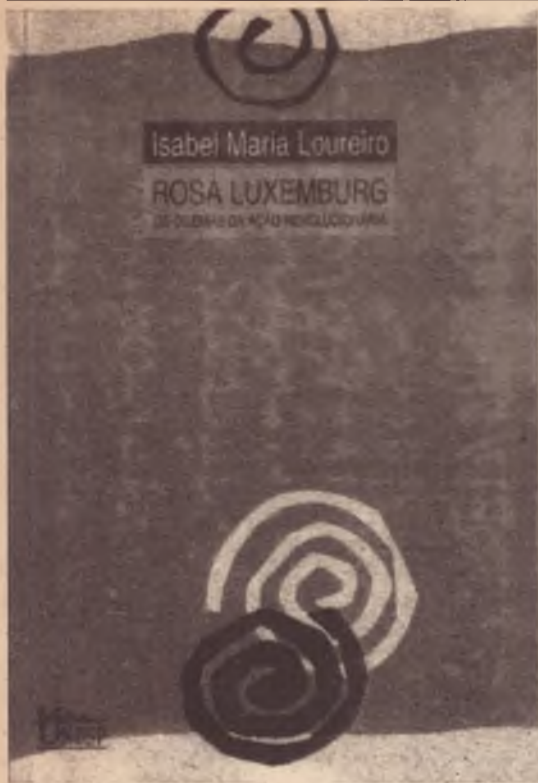
Em outras palavras, não se trata de querer restaurar um impossível passado pré-capitalista, mas de instaurar um futuro novo em que as conquistas da humanidade, perdidas no processo de modernização, - "comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida" (p. 325) - sejam preservadas. O que pressupõe o fim do sistema econômico fundado no valor de troca, no lucro e no mercado. É esta a perspectiva de um dos mais instigantes românticos revolucionários abordados no livro, Herbert Marcuse.

Este livro belo e generoso, ao resgatar a visão de mundo romântica, traz para o centro do debate aquilo que tanto nos falta hoje em dia - a possibilidade de *imaginar* e de *lembrar* uma realidade outra que não a do lucro e do mercado, com toda a sua terrível sequência de desastres. *Revolta e Melancolia* é, parafraseando Habermas, um maravilhoso oásis utópico brilhando no horizonte do deserto de banalidade e perplexidade em que estamos perdidos. □

O romantismo é uma crítica moderna da modernidade em nome de um utópico passado harmonioso em que os homens não estavam alienados.



Isabel Maria Loureiro é professora de filosofia na Unesp. Publicou *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.



JOSÉ CORRÊA LEITE

Rosa Luxemburg e o sujeito revolucionário

ção de ação revolucionária de Rosa Luxemburg. Mostrando que noções como massas, partido e consciência de classe fundamentam-se, para ela, numa "concepção marxista da história" como *totalidade*, na visão de uma "dialética histórica". Nesta totalidade, o novo, com seu elemento de criação, de imprevisibilidade, de espontaneidade (que ela verifica na greve de massa e nos conselhos), está já contido em potência no velho; "o presente não pode ser inteiramente compreendido em si mesmo, isolado do passado e do futuro, mas está aberto e aponta para o futuro" (p. 69). Esta determinação recíproca entre presente e futuro, reforma e revolução, movimento e objetivo final é, as vezes, chamada por Rosa de "a vida", englobando a experiência, a ação, a luta - o processo que permite "às massas inconscientes, incultas, naturais, instintivas, classe em si, elevarem-se à consciência, à cultura, à razão, ou seja, tornarem-se classe para si, saírem da alienação" (p. 63). A história tem um sentido, uma lógica imanente, embora a vitória final não seja "uma lei 'natural', garantida pela evolução do capitalismo, mas uma possibilidade dada no interior da própria luta" (p. 71).

Para Rosa, a teoria da revolução proletária de Marx compreende a realidade como essa totalidade viva. O proletariado como classe universal torna-se consciente no próprio processo da sua formação como classe, por sua própria experiência prática. E é a "autoformação do sujeito revolucionário que permite a vinculação entre a teoria e a prática". A forma de "passar da teoria à prática consiste na consciência de classe (latente, teórica e que se torna prática nos momentos revolucionários), encarnada, não no partido... mas na própria classe, com as suas múltiplas formas de expressão" (p. 72).

A partir de 1914, porém, a concepção de massas de Rosa torna-se menos idealizada: sua teoria precisa responder a um desafio incontornável, a adesão empolgada da classe trabalhadora à guerra. Ela tem que explicar porque as massas (e não somente o Partido Social-Democrata - PSD) "traíram" o ideal socialista; tem que reconhecer a possibilidade de uma derrota definitiva da revolução proletária e de uma vitória da barbárie. Os trabalhadores, as massas, aceitam espontaneamente cometer o suicídio coletivo nos campos de batalha; a barbárie esta inscrita no campo do possível.

A crise da social-democracia

Isabel Loureiro debate o problema da integração do proletariado, recuperando a análise feita por Rosa Luxemburg no folheto *A crise da social-democracia* e constatando seus limites, confrontando sua elaboração com conservadorismo da sociedade alemã e da maioria do próprio PSD. A autora lembra que a social-democracia "estava integrada à sociedade que lhe dera origem, ha-

vido, além disso, uma espécie de simbiose entre ela e a classe operária alemã. É o que, aliás, permite a Rosa Luxemburg, polemizando com Lenin, definir a social-democracia não como um partido ligado à organização da classe operária, mas como 'o próprio movimento da classe operária'" (p. 121).

Com a guerra, o PSD alemão se divide em três alas, a direita de Ebert/Scheidemann (que vai integrar o governo e em 1918/9 ser responsável pela repressão aos revolucionários), o centro que vai formar o PSD Independente e os membros da esquerda revolucionária a pequena Liga Spartakus.

A possibilidade de evolução da consciência de classe do proletariado alemão não está clara. Ganha força a atividade de agitação e esclarecimento desenvolvida pela vanguarda revolucionária, enquanto se espera que as leis imanentes da história arrastem as massas novamente à ação. "Em nenhum momento Rosa se inclina para o vanguardismo, quer dizer, para uma idéia de partido substituindo a classe. Precisamente por não haver, na sua perspectiva, separação entre as duas instâncias, era necessário esperar que a classe despertasse e assumisse seu papel emancipador. Por isso mesmo, a sua teoria política simboliza uma derrota ainda maior: se a classe é derrotada a vanguarda perece junto" (p. 129).

Neste momento Rosa reforça ainda mais sua convicção de que "a consciência de classe se funda no agir, não é uma essência imutável, pura, uma característica natural, consequência de sua situação no processo produtivo. O proletariado se torna revolucionário na luta" (p. 130). Dentro deste enfoque, Rosa tem que reconhecer que o proletariado alemão de antes da guerra não era revolucionário, tinha uma força apenas aparente.

A revolução alemã

A revolução alemã é o teste definitivo da compreensão de Rosa do marxismo como unidade entre teoria e prática. Condensa os dilemas colocados para Rosa durante toda sua vida. Enfrentando o problema de "como fazer a revolução numa conjuntura ao mesmo tempo revolucionária e conservadora", Rosa não encontra uma solução.

Em 9 de novembro eclode uma greve geral em Berlim. O imperador renuncia. O governo de coligação PSD e PSD Independente defende a convocação de uma Assembléia Nacional. Em dezembro, o 1º Congresso dos Conselhos de Operários e Soldados debate o que fazer; dos 500 delegados, 300 era do PSD e 100 dos Independentes (entre estes os 10 delegados spartakistas). Ele rejeita a proposta dos spartakistas de que o poder fosse exercido pelos conselhos (por 344 votos a 98) e convoca as eleições de uma Assembléia Nacional para 19 de janeiro.

Como afirma Isabel Loureiro, "Rosa fica continuamente enredada na mesma teia: como é pos-

A construção do sujeito revolucionário é um tema central no debate sobre a recomposição do movimento socialista contemporâneo. Isabel Loureiro nos traz, através de um livro magnífico, sua tese de doutorado, *Rosa Luxemburg. Os dilemas da ação revolucionária* (São Paulo: Editora da Unesp, 1995), uma contribuição importante à esta discussão. Aí, a análise fina que empreende da reflexão e da experiência política de Rosa Luxemburg é utilizada para debater a questão fundamental até hoje posta para os socialistas: será que as massa "aprendem *realmente* com suas próprias experiências e se emancipam?" (p. 13). A epígrafe do livro é uma citação de Franz Mehring, depois retomada no debate dos dilemas enfrentados por Rosa: "Como resolver a contradição, que salta aos olhos, ao primeiro passo prático do revolucionário, entre a força do entusiasmo, a coerência radical dos princípios por um lado e, por outro, o intelecto *caulador*, a necessária unilateralidade de toda política?"

O fio condutor que para Isabel Loureiro emerge como nexo de coerência nas reflexões de Rosa é a relação entre teoria e prática, que para ela não podiam ser separadas. E Isabel vai localizar nesta relação o foco de um impasse teórico do marxismo ainda não resolvido, "mais do que uma ambiguidade, uma tensão a que uma teoria revolucionária de cunho marxista dificilmente poderia fugir. Não há *Aufhebung* nem 'dialética histórica' capaz de resolvê-la" (p. 15).

História e revolução

A revolução alemã de 1918/9 é o momento chave na trajetória do movimento socialista e um marco na história do século XX. Sua derrota condicionou decididamente o destino da revolução russa e a evolução do marxismo, além de ter aberto as portas para o ascenso posterior do nazismo na Alemanha. Rosa Luxemburg (1871-1919), polonesa de nascimento, vivia na Alemanha desde 1898 e foi a mentora intelectual e, com Karl Liebknecht, a principal dirigente da esquerda revolucionária alemã do início do século.

O primeiro capítulo do livro discute a concep-

sível assegurar um futuro emancipado com um sujeito histórico alienado? Ou, em outras palavras, de que modo fazer os escravos desejarem a liberdade? Recusar as massas reais significaria cair no mais arbitrário vanguardismo, eficiente como *Realpolitik*, mas de resultados desastrosos como política emancipadora. Donde um pé na canoa da necessidade histórica - garantia da vitória contra ventos e marés - e outro no da atividade da massa popular, oscilante, submetida aos caprichos da fortuna. Para forçar a fortuna a favor dos revolucionários é essencial o trabalho infatigável do *Aufklärer*, aliado à "necessidade histórica", a chamar à razão as forças emancipadoras, passageiramente iludidas. É o mesmo velho dilema, em novo contexto" (p. 152).

Os spartakistas fundam o Partido Comunista Alemão em 29 de dezembro. Rosa e a direção do partido avaliam que entraram em uma situação política adversa e que o partido deveria participar das eleições de 19 de janeiro, mas o congresso decide boicotar as eleições. Em 4 de janeiro, ocorre uma crise no governo e a uma insurreição em Berlim; um comitê revolucionário é formado. Embora reconhecendo que era uma luta sem perspectivas, Rosa e Liebknecht a estimulam. De 8 a 12 de janeiro o governo e grupos paramilitares de direita desencadeiam uma sangrenta repressão contra os sublevados. Dia 15 de janeiro, Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht são detidos e assassinados.

Neste período febril, "Rosa permaneceu fiel à sua teoria política: a ação de massas cria as próprias organizações e permite o desenvolvimento da consciência de classe, processo no qual seriam resolvidos os problemas da tomada do poder e do que fazer com ele após a vitória. A ação sobre planos, organização, falta de clareza sobre as tarefas a cumprir: à medida que os problemas surgem, com eles nascem as respostas, desde que haja total liberdade de movimento" (p. 176).

Coerentes com esta visão, os problemas organizativos e de técnica revolucionária não estavam no horizonte dos spartakistas. Eles "não raciocinavam em termos de eficácia, mas sim de heroísmo e princípios" (p. 177).

Necessidade e liberdade

Segundo Lukács, para Rosa "a compreensão do real como totalidade só é possível por 'um sujeito que seja ele mesmo totalidade', o proletariado, único capaz de destruir 'o dilema entre o fatalismo das leis puras e a ética da pura intenção'... Haveria... circularidade entre consciência e ação: a consciência cria-se na luta, e a luta é, por sua vez, produto da consciência... O partido... não pode desencadear nem impedir a revolução, mas ele é 'portador da consciência de classe do proletariado, consciência da sua missão histórica'... O partido... nasce e se alimenta das suas lutas espontâneas" (p. 187/8, citando *História e consciência de classe*).

Como destaca Isabel, na interpretação de Lukács, "a categoria da totalidade é de tal forma açambarcadora que não deixa espaço para escolhas individuais. Luxemburg estava acorrentada à história e à revolução... Precisamente por Rosa não defender a separação entre partido e classe, se esta é derrotada, caso da revolução alemã, a vanguarda segue o mesmo destino... Deste ponto de vista, a política não é cálculo, talvez seja tragédia". Mas a autora enfatiza que "não basta ver-

se a si mesmo e ao instante de sua ação como momento da totalidade' para, na esfera da prática, superar a contradição entre os princípios e a realidade. O comportamento de Luxemburg na revolução alemã, oscilando entre ambos os polos... é exemplo cristalino da dificuldade de solucionar esta contradição" (p. 189).

A conclusão de Isabel Loureiro é dura: na problemática desenhada por Rosa Luxemburg, a tensão entre a prática reformista do proletariado e o objetivo final socialista, entre o existente e o possível, não parece ter solução. Apesar de toda a inteligência, coragem e determinação de Rosa Luxemburg, "é preciso admitir que o século está a exigir da esquerda respostas bem mais complexas do que as que ela deu ou poderia ter dado" (p. 15). Sua grandeza consiste em ter posto no centro do palco "a tentativa dramática de manter unidos o que é e o que pode ser" (p.190).



Rosa e Lenin.

Este debate remete também à obra de Lenin. Confrontamo-nos, aí, com um universo muito distinto de concepções relativas à política. Lenin elaborou todo um sistema de categorias - como o acontecimento político, a conjuntura e o período, a tática e a estratégia, a política de alianças, a crise nacional e a situação revolucionária, etc. - voltadas para a luta política permanente. Isso permite a Perry Anderson afirmar que "a construção sistemática de uma teoria política marxista da luta de classes, ao nível organizativo e tático, foi obra de Lenin". E a Daniel Bensaid falar que Lenin empreende uma "revolução na revolução", inaugurando o espaço da política marxista, articulado pelas categorias do "acontecimento" e da "estratégia" numa história nada linear, de bifurcações e rupturas.

Neste universo, a política é também cálculo e intervenção do partido, como parte da classe e como um agente institucionalizado na disputa cotidiana travada na sociedade burguesa. A política revolucionária tem um horizonte, a conquista do poder - e fundamentalmente do poder de Estado - que é considerado o encadeamento central da transformação

social. Não é a toa que, nesta tradição, Gramsci caracterizou o partido como "o príncipe moderno".

Mas a experiência de burocratização dos processos revolucionários e antes de tudo da própria revolução russa destaca também o autoritarismo presente na atuação do partido quando ele substitui o proletariado como agente "histórico". Mandel considera a política substitucionista dos bolcheviques no período de 1920/1 como a experiência mais trágica de Lenin e Trotsky". O substitucionismo aparece como uma tensão inerente à concepção do partido revolucionário delimitado frente à classe, que se manifesta sempre que a atividade das massas reflui.

Sujeito revolucionário

À luz da compreensão atual, Rosa e Lenin, bem como seus interpretes posteriores, aparecem compartilhando vários elementos da filosofia da história dominante no pensamento socialista no período: o proletariado como "classe universal", a trajetória de um devir humano dotado de um sentido objetivo. Porém tanto a experiência histórica do século XX como a reflexão teórica das últimas décadas questionaram várias destas concepções, demonstrando que a história não tem um sentido objetivo, para além daquele que os seres humanos podem lhe atribuir, e que não existe nenhuma classe ou setor social intrinsecamente revolucionário, sujeito histórico imanente.

Não se trata, portanto, de face aos problemas enfrentados, procurarmos *um sujeito revolucionário objetivo alternativo* à classe operária (ou ao proletariado) - o campesinato, os excluídos, as mulheres, os negros, os jovens. A questão a responder não é quem é o sujeito revolucionário, mas como se forma um sujeito revolucionário concreto, como diferentes setores sociais (a começar pelo proletariado), podem se radicalizar na luta contra o sistema, construir projetos políticos, soldar alianças e estabelecer entre si as sinergias que os constituem em agentes de mudanças revolucionárias, em sujeitos históricos.

A exploração do trabalho pelo capital torna o proletariado o principal ator que pode, potencialmente, engajar-se nas lutas anti-capitalistas e, inclusive, ser o maior catalizador das lutas de outros setores com contradições com o "sistema". Mas a luta socialista só pode ser levada à frente por uma ampla aliança anti-capitalista, onde o proletariado pode (ou não) ter um papel protagonista.

Tudo isso é um processo eminentemente político e não algo imanente à história. O seu grau de democracia depende não só do nível de atividade do movimento de massas e de auto-organização dos trabalhadores e dos oprimidos, mas de sua experiência, tradição e cultura política, do projeto dominante em sua vanguarda, do discurso que sustentam e que estrutura sua identidade, da institucionalização de mecanismos de democracia, do elemento de imprevisibilidade presente na luta de classes. É um processo político cujo desenlace será determinado pela ação dos agentes que se transformam, antes, durante e depois da revolução. Nele, as possibilidades de emancipação estão postas, mas não existe nenhuma garantia de que prevalecerão. Daí porque a fórmula lapidar de Rosa Luxemburg, que afirma que a alternativa para nossa época é socialismo ou barbárie, mantém toda sua atualidade. □



“Liberalismo ou barbárie”

PIERRE BOURDIEU

A recente mobilização social na França atingiu os mais variados setores da sociedade. Uma ampla frente social agrupando trabalhadores, desempregados, precários, sem-teto (várias centenas deles ocuparam o centro Beaubourg estabelecendo um fórum permanente), intelectuais etc se delineou. Se foram os funcionários públicos que ocuparam a ponta do movimento, eles foram apoiados pela imensa maioria dos trabalhadores do setor privado cujo medo do desemprego paraliza a entrada na luta. Eles foram igualmente respaldados por centenas de intelectuais que recusam os dogmas do pensamento único. Pierre Bourdieu participou, em 12 de dezembro, de um encontro com os trabalhadores dos transportes em luta. A seguir, extratos de sua intervenção.

Estou aqui para dar nosso apoio a todos que lutam há três semanas contra a destruição de uma “civilização” associada à existência do serviço público (...) Estou aqui para dizer que nós compreendemos este movimento profundo, o desespero e as esperanças que se exprimem e que nós também sentimos; para dizer que nós não compreendemos (ou que compreendemos muito bem) aqueles que não compreendem. (...)

A nova nobreza de Estado

A oposição entre a visão de longo prazo da

“elite” esclarecida e as pulsões de visão curta do povo ou de seus representantes é típica do pensamento reacionário de todos os tempos e de todos os países; mas ela toma hoje uma forma nova, com a nobreza de Estado, que retira a convicção de sua legitimidade do título escolar e da autoridade da ciência, principalmente a econômica: para estes novos governantes de direito divino, não somente a razão e a modernidade mas também o movimento, a mudança, estão do lado dos governantes, ministros, patrões ou “especialistas”; a “desrazão” e o arcaísmo, a inércia e o conservadorismo do lado do povo, dos sindicatos, dos intelectuais críticos.

Esta nobreza de Estado, que prega o desaparecimento do Estado e o reino sem controle do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, mete a mão no Estado; ela fez do bem público um bem privado, da coisa pública, da república, sua coisa.

O que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia: deve-se acabar com a tirania dos “especialistas”, estilo Banco Mundial ou FMI, que impõem sem discussão os veredictos do novo Leviatã, “os mercados financeiros”, e que não aceitam negociar, mas “explicar”; deve-se romper com a nova fé na inevitabilidade histórica que professam os teóricos do liberalismo; deve-se inventar as novas formas de um trabalho político coletivo capaz de assumir praticamente as necessidades, principalmente econômicas (esta pode ser a tarefa dos especialistas), mas para combate-

las e, no caso de fracasso, neutralizá-las.

A crise hoje é uma chance histórica, para a França e sem dúvida para todos aqueles, cada dia mais numerosos que, na Europa e pelo mundo afora, recusam a nova alternativa: liberalismo ou barbárie.

Chance histórica

Trabalhadores dos transportes e dos correios, professores, empregados dos serviços públicos, estudantes e tantos outros, ativa ou passivamente engajados no movimento, colocaram, por suas manifestações, por suas declarações, pelas inúmeras reflexões que eles desencadearam e que a cobertura da mídia se esforçava em vão por encobrir, os problemas fundamentais, muito importantes para serem deixados a tecnocratas tão suficientes como insuficientes: como restituir aos primeiros interessados, isto é, a cada um de nós, a definição esclarecida e razoável

do futuro dos serviços públicos, a saúde, a educação, os transportes, etc... em ligação notadamente com aqueles que, nos outros países da Europa, são espostos às mesmas ameaças? (...)

No trabalho de reinvenção dos serviços públicos, os intelectuais tem um papel decisivo a jogar. Eles podem, inicialmente, contribuir para quebrar o monopólio da ortodoxia tecnocrática sobre os meios de difusão. Mas eles podem também se engajar, de maneira organizada e permanente, e não somente nos encontros ocasionais de uma conjuntura de crise, ao lado daqueles que estão em condições de orientar eficazmente o futuro da sociedade, associações e sindicatos principalmente, e trabalhar para elaborar análises rigorosas e proposições inventivas sobre as grandes questões que a ortodoxia mediático-política proíbe colocar (...)

Este programa pode parecer abstrato e puramente teórico. Mas pode-se recusar o tecnocratismo autoritário sem cair num populismo ao qual os movimentos sociais do passado foram frequentemente sacrificados, e que faz o jogo, uma vez mais, dos tecnocratas.

O que eu quis exprimir (...) é uma solidariedade real com aqueles que lutam hoje por mudar a sociedade: penso que não podemos combater eficazmente a tecnocracia nacional e internacional sem a confrontarmos em seu terreno privilegiado, o da ciência econômica e opondo ao conhecimento abstrato que nela prevalece, um conhecimento mais respeitoso dos homens e das realidades às quais elas são confrontadas. □